



## **ACADEMIA MILITAR**

### **O Papel do Exército Português na Formação das F-FDTL (FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste).**

**Autor: Aspirante de Artilharia Luis Filipe Pousa Rodrigues**

**Orientador: Capitão GNR Infantaria Reinaldo Saraiva Hermenegildo**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação**

**Lisboa, julho de 2014**



## **ACADEMIA MILITAR**

### **O Papel do Exército Português na Formação das F-FDTL (FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste).**

**Autor: Aspirante de Artilharia Luis Filipe Pousa Rodrigues**

**Orientador: Capitão GNR Infantaria Reinaldo Saraiva Hermenegildo**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação**

**Lisboa, julho de 2014**

## **Dedicatória**

À minha família pelo  
constante apoio e incentivo  
ao longo deste percurso.

## **Agradecimentos**

Gostaria em primeiro lugar de agradecer ao meu Orientador, o Capitão GNR Infantaria Reinaldo Hermenegildo, pela disponibilidade e dedicação que demonstrou ao longo da realização de toda esta investigação.

Agradeço ao Major de Infantaria Rui Rodrigues por todo o apoio prestado em toda a investigação, por todos os documentos fornecidos e por todos os contactos que me facultou. Sem ele, esta investigação teria sido impossível de realizar.

Ao Tenente-Coronel de Infantaria Ribeiro Fernandes pela sua disponibilidade e entrega. Foi uma peça essencial nesta investigação, não só pela entrevista realizada, mas por todos os documentos que forneceu e pelos esclarecimentos.

Um agradecimento especial à Embaixada de Timor-Leste, ao Senhor Embaixador Tenente-Coronel Costa Santos e a todo o seu pessoal, pela entrevista e todas as informações fornecidas.

Agradecer ainda aos entrevistados, Capitão-de-Mar-e-Guerra Ribeiro da Costa, Major Jesus, Tenente-Coronel “Mau Buti” e Tenente-Coronel Pereira dos Santos, por terem aceitado responder a todas as questões, contribuindo assim para o resultado final desta investigação.

Por último, umas palavras de agradecimento ao Professor Rod Stuart pela ajuda na elaboração do Abstract, ao Professor Fernando Mina pelo auxílio na revisão do trabalho, aos meus camaradas de curso pela troca de informações e todo o apoio prestado, a toda a minha família e a todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho.

## Resumo

A Cooperação Técnico-Militar é um tipo de missão desenvolvida pelo Exército Português que se insere no âmbito da política de cooperação portuguesa. Este tipo de missões começou a ser desenvolvida em 2002, mas o apoio à Componente Terrestre apenas se iniciou em 2011. O presente Trabalho de Investigação Aplicada pretende analisar o contributo do Exército Português na formação das F-FDTL, mais especificamente ao nível da Componente Terrestre e do treino operacional desta.

Numa primeira fase é analisada a Política Externa Portuguesa e a Cooperação Técnico-Militar, sendo evidenciados os principais vetores que sustentam essa política, bem como o papel que as Forças Armadas desempenham no âmbito da cooperação.

Na segunda fase é aprofundada a Cooperação Técnico-Militar com Timor-Leste e os vários projetos que a compõem, dando-se especial enfoque ao Projeto n.º 5 e realçando-se o trabalho desenvolvido pela assessoria portuguesa.

A terceira fase é referente às F-FDTL, onde são apresentadas as capacidades, os cenários de atuação, os níveis de empenhamento e a organização das F-FDTL. A Componente Terrestre é, também, exposta de uma forma mais aprofundada.

Numa quarta fase é apresentada a metodologia e os procedimentos utilizados na realização do estudo e posteriormente é efetuada a análise das entrevistas realizadas.

Por fim, são apresentadas as conclusões com base no trabalho de campo e na revisão da literatura efetuada.

Assim, conclui-se que o Exército Português, através da assessoria portuguesa no Projeto n.º 5, veio apoiar a Componente Terrestre das F-FDTL ao nível do planeamento do programa de treinos, bem como o Comando das F-FDTL em relação ao planeamento e preparação dos exercícios. Desta forma, as F-FDTL registaram uma evolução assinalável ao nível da sua organização estrutural e da sua operacionalidade.

**Palavras-Chave:** Cooperação-Técnico Militar, Timor-Leste, F-FDTL, Exército Português.

## **Abstract**

Military-Technical Cooperation is a type of mission developed by the Portuguese Army which is part of the Portuguese cooperation policy. These missions started to be developed in 2002, but the support for the Land Force only started in 2011. This Applied Research Work intends to analyse the contribution of the Portuguese Army in the training of the F-FDTL, specifically at the Land Force level and its operational training.

In the first phase the Portuguese Foreign Policy and the Military-Technical Cooperation are analysed, with the main vectors that support this policy highlighted, as well as the role that the Armed Forces play in cooperation.

In the second phase we consider the Military-Technical Cooperation with East Timor and all the projects which have been undertaken, giving special focus to Project N° 5 and highlighting the work developed by the Portuguese advisers.

The third phase is related to the F-FDTL, showing their capabilities, their action scenarios, levels of engagement and their organization. The Land Force is also examined in a deeper way.

In the fourth phase the methodology and procedures used in the development of this paper are displayed followed by the analysis of the interviews.

Finally, conclusions and recommendations are presented based on field work and a review of the relevant literature.

It is concluded that the Portuguese Army, through the Portuguese advisers on Project n.º 5, came to support the Land Force of the F-FDTL in planning the training programme, as well as the Command of the F-FDTL in the planning and preparation of these exercises. The F-FDTL recorded a remarkable evolution in terms of its structural organization and its operation.

**Key words:** Military-Technical Cooperation, East-Timor, F-FDTL, Portuguese Army.

## Índice Geral

Dedicatória .....	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract .....	v
Índice Geral .....	vi
Índice de Figuras .....	x
Índice de Tabelas.....	xi
Lista de Apêndices .....	xii
Lista de Anexos.....	xiii
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos .....	xiv
 <b>Capítulo 1 – Introdução .....</b>	 <b>1</b>
1.1. Generalidades.....	1
1.2. Enquadramento da Investigação .....	1
1.3. Justificação da Escolha .....	3
1.4. Objetivo Geral e Objetivos Específicos .....	4
1.5. Pergunta de Partida e Perguntas Derivadas .....	4
1.6. Hipóteses.....	5
1.7. Metodologia .....	6
1.8. Estrutura do Trabalho e Sínteses dos Capítulos.....	6
 <b>Capítulo 2 – A Cooperação Técnico-Militar na Política Externa Portuguesa....</b>	 <b>8</b>
2.1. Introdução .....	8
2.2. A Política Externa Portuguesa .....	8

2.3.	A Cooperação Técnico-Militar .....	10
2.4.	Síntese .....	13
<b>Capítulo 3 – A Cooperação Técnico-Militar em Timor-Leste .....</b>		<b>14</b>
3.1.	Introdução .....	14
3.2.	A Cooperação Técnico-Militar em Timor-Leste .....	14
3.3.	O Projeto n.º5.....	16
3.4.	Síntese .....	17
<b>Capítulo 4 – F-FDTL.....</b>		<b>18</b>
4.1.	Introdução .....	18
4.2.	Do Passado ao Presente .....	18
4.3.	Timor-Leste e as F-FDTL.....	19
4.4.	Força 2020 .....	20
4.5.	Capacidades das F-FDTL .....	21
4.6.	Cenários de Atuação e Níveis de Empenhamento .....	23
4.7.	Organização das F-FDTL .....	27
4.8.	Componente Terrestre.....	28
4.9.	Síntese .....	29
<b>Capítulo 5 – Metodologia.....</b>		<b>30</b>
5.1.	Introdução .....	30
5.2.	Método de Abordagem ao Problema e Justificação.....	31
5.3.	Técnicas, Procedimentos e Meios Utilizados .....	31
5.4.	Local e Data da Pesquisa e Recolha de Dados .....	32
5.5.	Amostragem: Composição e Justificação .....	32
5.6.	Descrição dos Procedimentos de Análise e Recolha de Dados .....	33



5.7. Descrição dos Materiais e Instrumentos Utilizados.....	34
<b>Capítulo 6 – Análise dos Dados.....</b>	<b>35</b>
6.1. Introdução .....	35
6.2. Análise e Discussão das Entrevistas Bloco A.....	35
6.2.1. O Trabalho da Assessoria Portuguesa no Desenvolvimento das F-FDTL.....	36
6.2.2. O Nível Estratégico das Missões de CTM com Timor-Leste .....	36
6.2.3. O Prestígio Internacional de Portugal .....	37
6.2.4. Importância das Missões de CTM.....	37
6.2.5. Continuidade da CTM com Timor-Leste .....	38
6.3. Análise e Discussão das Entrevistas Bloco B .....	38
6.3.1. O Trabalho da Assessoria Portuguesa ao Nível da Componente Terrestre. ....	39
6.3.2. Modelo de Treino Aplicado à Componente Terrestre das F-FDTL.....	39
6.3.3. Tipo de Missões Desenvolvidas Pelas F-FDTL.....	40
6.3.4. Futuras Missões Internacionais e no Âmbito das Nações Unidas.....	41
6.3.5. Objetivo Final da Assessoria Portuguesa às F-FDTL .....	41
6.4. Análise e Discussão da Entrevista Bloco C .....	42
6.4.1. Perspetiva da Assessoria Portuguesa.....	42
6.4.2. Equipamento das F-FDTL.....	43
6.4.3. Carências de Equipamento .....	43
6.4.4. Contributo das Forças Armadas Portuguesas ao Nível do Equipamento.....	44
6.4.5. Plano Para Aquisição de Equipamento .....	44
<b>Conclusões e Recomendações .....</b>	<b>46</b>
Introdução.....	46
Cumprimento dos Objetivos.....	46

Resposta às Perguntas Derivadas .....	46
Verificação das Hipóteses .....	47
Resposta à Pergunta de Partida .....	49
Limitações da Investigação .....	49
Propostas de Investigações Futuras.....	50
 <b>Bibliografia</b> .....	 51
Apêndices .....	1
Anexos.....	1

## **Índice de Figuras**

Figura 1 – Capacidades das F-FDTL .....	23
Figura 2 – Cenários de Atuação das F-FDTL .....	24
Figura 3 – Estrutura das F-FDTL .....	4
Figura 4 – Organograma da Componente Terrestre.....	5

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Probabilidade dos Cenários de Atuação .....	25
Tabela 2 – Caracterização da Amostra.....	33
Tabela 3 – Programa Quadro 2011-2013 .....	2

## **Lista de Apêndices**

Apêndice A – Guião de Entrevista aos Militares Portugueses Responsáveis pela Cooperação Técnico-Militar .....	2
Apêndice B – Guião de Entrevista aos Diretores de Projeto.....	3
Apêndice C – Guião de Entrevista aos Militares das F-FDTL .....	4
Apêndice D – Entrevista n.º1 .....	5
Apêndice E – Entrevista n.º2.....	7
Apêndice F – Entrevista n.º3 .....	12
Apêndice G – Entrevista n.º4 .....	16
Apêndice H – Entrevista n.º5 .....	21
Apêndice I – Entrevista n.º6.....	24
Apêndice J – Entrevista n.º7 .....	26

## **Lista de Anexos**

Anexo A – Programa-Quadro 2011-2013 .....	2
Anexo B – Estrutura das F-FDTL .....	4
Anexo C – Organigrama da Componente Terrestre .....	5

## Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

### A

AM	Academia Militar
APA	<i>American Psychological Association</i> (Associação Americana de Psicologia)
Art.º	Artigo

### C

CDH	Comissão de Direitos Humanos
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM	Chefe do Estado-Maior
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CTM	Cooperação Técnico-Militar

### D

DCTM	Direção de Serviços de Cooperação Técnico-Militar
DGPDN	Direção-Geral de Política de Defesa Nacional
DT	Diretor Técnico

### E

EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
-------	---

## **F**

F-FDTL	FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste
FRETILIN	Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente

## **I**

INTERFET	<i>International Force for East Timor</i> (Força Internacional para Timor-Leste)
----------	--

## **M**

MDN	Ministério da Defesa Nacional
MIFA	Missões Específicas das Forças Armadas
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros

## **N**

NEP	Norma de Execução Permanente
NCC	Núcleos Conjuntos de Coordenação

## **O**

OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
ONU	Organização das Nações Unidas

## **P**

PAMPA	Programa de Apoio às Missões de Paz em África
PEMPOR	Programa de Ensino Militar em Portugal
PNTL	Polícia Nacional de Timor-Leste
PQ	Programa-Quadro



**S**

[illegible]

## U

UE União Europeia

**UEB**                                  Unidade Escalão Batalhão

United Nations Transitional Administration in East Timor

UNTAET (Administração Transicional das Nações Unidas em Timor-Leste)

USD *United States Dollar*
$$\mathbf{Z}$$

ZEE                      Zona Económica Exclusiva

# **Capítulo 1**

## **Introdução**

### **1.1. Generalidades**

A estrutura curricular dos cursos da Academia Militar compreende a realização de um Trabalho de Investigação Aplicada. Neste âmbito o trabalho apresentado está subordinado ao tema “Papel do Exército Português na Formação das F-FDTL”.

Neste primeiro capítulo, “Introdução”, vamos fazer uma apresentação objetiva e sucinta da temática, demonstrando a sua pertinência, o seu enquadramento e a justificação da escolha do tema. A investigação centra-se na Pergunta de Partida em que a resposta se traduz nas várias Perguntas Derivadas. Destas nascem o Objetivo geral e os vários Objetivos Específicos. As hipóteses surgem do conhecimento prévio e visam dar resposta às Perguntas Derivadas. No fim deste capítulo é referida a metodologia, bem como a estrutura e uma síntese dos capítulos.

### **1.2. Enquadramento da Investigação**

Timor-Leste é uma ex-colónia portuguesa que garantiu a sua independência na sequência do 25 de abril de 1974, data em que Portugal iniciou um processo de descolonização. Este processo, em Timor-Leste, teve início em meados de 1975, daí resultando a formação de partidos políticos que não conseguiram consolidar a sua posição, e originando que, a 28 de novembro de 1975, a Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (FRETILIN) declarasse unilateralmente a independência deste território (Cavaleiro, Azevedo, & Calmeiro, 2004).

A 7 de dezembro de 1975, a Indonésia invade Timor-Leste ocupando a sua capital, que até então se encontrava sobre administração portuguesa, e procede à anexação de Timor Oriental, dando início a uma nova era que iria durar 24 anos (Gaspar, 2012).

Esta ação ilegal por parte da Indonésia foi condenada tanto por Portugal como pela Organização das Nações Unidas (ONU). Consequentemente, Portugal “não aceitou a ocupação e subsequente anexação, situações que a ONU também não aceitou, tendo esta organização apoiado o compromisso português no que se refere ao direito dos timorenses à autodeterminação, liberdade e independência” (Hermenegildo, 2012, p. 145).

Tanto Portugal como o povo timorense tinham posições autónomas relativas a este processo, sendo que Portugal “tinha a obrigação de concluir o processo de descolonização interrompido pela invasão indonésia” e o povo timorense “lutava pela sua sobrevivência como comunidade nacional e pela constituição de um Estado separado da Indonésia” (Gaspar, 2012, p. 44).

No período de 1975 a 1986, Portugal “entregou o problema” à ONU, visto que não possuía “capacidades reais para influenciar a evolução das decisões na ONU”, chegando a ter um mandato na Comissão de Direitos Humanos (CDH) entre o período de 1979-1981 (Hermenegildo, 2012, pp. 146-147).

Em 1986 dá-se a adesão de Portugal às Comunidades, ganhando a política externa portuguesa uma nova força, que veio a ser determinante na resolução da questão timorense. A candidatura lançada por Portugal em 1987 à CDH, aliada à sua posição no seio da Europa, foi uma mais-valia na denúncia do problema da violação dos Direitos Humanos por parte dos indonésios. Outra das consequências da adesão de Portugal às Comunidades Europeias foi a inclusão da questão timorense na sua agenda externa, quer na Cooperação Política Europeia, quer na Política Externa e de Segurança Comum (Hermenegildo, 2012).

Na década de 90, com o fim da Guerra Fria, dá-se uma mudança do paradigma nas relações internacionais, levando a que a questão da violação dos Direitos Humanos passasse a ter uma importância maior, o que contribuiu para a internacionalização do problema timorense. A mudança de regime na Indonésia e a atribuição do Prémio Nobel da Paz ao bispo D. Carlos Ximenes Belo e ao dirigente político José Ramos Horta, em 1996, foram cruciais para o desfecho do caso timorense, levando a que, em 1999, a Indonésia aceitasse a realização de um referendo, onde o povo timorense votou pela independência (Hermenegildo, 2012).

Consequentemente ao resultado do referendo gerou-se uma onda de conflitos que levou à intervenção das Nações Unidas através da criação de uma força multinacional, a

*International Force for East Timor* (INTERFET). A 12 de setembro de 1999, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) autoriza a criação desta força que, a 25 de outubro de 1999, é substituída pela *United Nations Transitional Administration in East Timor* (UNTAET).

Portugal inicia a sua participação militar em 2000, com a projeção de uma Unidade Escalão Batalhão (UEB) para o teatro de operações, inserido na *Peacekeeping Force* das Nações Unidas, composta por duas companhias de atiradores paraquedistas, uma companhia de comando e serviços, um destacamento de engenharia e reforçado por uma companhia de fuzileiros, num total de 709 militares, dos quais 554 eram do Exército e 155 da Armada. Conjuntamente com esta unidade, o contingente nacional incluía ainda um destacamento de helicópteros ligeiros da Força Aérea, com 29 militares e equipadas com aeronaves *Alouette III*, e um destacamento de Operações Especiais do Exército. Portugal manteve a sua presença militar até 2004, ano em que terminou o mandato das Nações Unidas (Cavaleiro, Azevedo, & Calmeiro, 2004).

O trabalho de assessoria às FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) começou em 2000 pelos militares das UEB (Cavaleiro, Azevedo, & Calmeiro, 2004), mas o acordo de CTM só foi assinado pelos dois países a 20 de maio de 2002, segundo a resolução n.º 39/2003 da Assembleia da República, enquanto o primeiro Programa-Quadro (PQ) entre os dois países foi assinado a 1 de fevereiro de 2005 (Duarte, 2011).

### **1.3. Justificação da Escolha**

Atualmente Portugal desenvolve missões de Cooperação Técnico-Militar (CTM) com cada um dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste. O objetivo destas missões é desenvolver uma relação bilateral entre os intervenientes, sendo também uma cooperação multilateral no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), atuando como um reforço dos laços culturais, históricos e económicos (Duarte, 2011).

Hoje em dia, estas missões são muito desenvolvidas pelo Exército Português, fazendo parte das Missões Específicas das Forças Armadas (MIFA) e inserindo-se no Programa do

Governo e nas Grandes Opções do Plano, estando neste definido através da 4ª Opção, relativa à política externa e de defesa nacional, dentro da qual se incluem no parâmetro da evolução nas relações bilaterais e multilaterais e no da política de defesa nacional (Assembleia da República, 2012).

Assim, o tema em estudo visa tratar um assunto corrente, em que o Exército se encontra empenhado, e ao mesmo tempo de relevância para a política portuguesa.

#### **1.4. Objetivo Geral e Objetivos Específicos**

O Objetivo geral é caracterizado por indicar “o porquê da investigação” (Fortin, 2009, p. 100) e “constituído por um enunciado declarativo que precisa as variáveis-chave, a população alvo e a orientação da investigação” (Freixo, 2011, p. 192). Assentando nesta definição, o presente trabalho consiste em analisar o contributo que o Exército Português tem na formação das F-FDTL ao nível da Componente Terrestre, através do programa de Cooperação Técnico-Militar, e verificar quais os resultados decorrentes deste.

Como Objetivos específicos temos três, sendo o primeiro relacionar as missões de Cooperação Técnico-Militar com a Política Externa Portuguesa e examinar a forma como estas missões se encaixam relativamente aos interesses estratégicos e políticos de Portugal; o segundo compreender as ações desenvolvidas pelos militares portugueses em Timor-Leste quer quanto ao tipo de treinos, quer em relação ao tipo de valências que as F-FDTL ficarão aptas a desempenhar; e o terceiro avaliar se os meios existentes na Componente Terrestre das F-FDTL são suficientes para as necessidades existentes e se estes são adequados.

#### **1.5. Pergunta de Partida e Perguntas Derivadas**

A Pergunta de Partida é essencial ao desenvolvimento da investigação. Esta “constitui normalmente um primeiro meio para pôr em prática uma das dimensões essenciais do processo científico” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 34), ou seja, a obtenção de uma resposta a um problema, que para isso “inclui habitualmente uma ou duas variáveis e a

população a estudar” (Fortin, 2009, p. 101). No seguimento desta linha de abordagem, surge: “*Qual o contributo do Exército Português na formação das F-FDTL ao nível da sua Componente Terrestre?*”.

De forma a dar resposta à pergunta de partida, formularam-se as seguintes perguntas derivadas:

P.D.1 *Qual a importância para a Política Externa Portuguesa da Cooperação Técnica-Militar?*

P.D.2 *Quais as atividades que são realizadas ao nível da formação?*

P.D.3 *Os meios atuais condicionam o treino operacional das F-FDTL?*

## 1.6. Hipóteses

As hipóteses “são suposições colocadas como respostas plausíveis e provisórias para o problema de pesquisa” (Carvalho, 2009, p. 124), sendo “um enunciado formal das relações previstas entre duas ou mais variáveis” (Fortin, 2009, p. 102). Como tal chegou-se às seguintes hipóteses:

H1: As missões de Cooperação Técnico-Militar são hoje em dia essenciais para Portugal, já que estas contribuem para a cooperação bilateral e multilateral no âmbito da segurança e defesa com os Estados membros da CPLP.

H2: Missões deste carácter remetem-nos para a continuidade do esforço desenvolvido na construção do Estado timorense, bem como para o prestígio internacional de Portugal.

H3: Os militares portugueses destacados em Timor-Leste, no âmbito da Cooperação Técnico-Militar, desenvolvem o treino operacional das forças sobre matérias tais como operações defensivas, operações ofensivas, operações de resposta a crises, entre outras, para que as F-FDTL fiquem aptas a executar missões desta natureza.

H4: Os atuais meios existentes nas F-FDTL condicionam o treino operacional na medida em que estes se encontram inadequados e são insuficientes às necessidades e às especificações da força e das missões.

## 1.7. Metodologia

A metodologia aplicada neste trabalho consistiu num estudo de caso em que este é delimitado a um período temporal compreendido entre 2011-2013, o que corresponde ao limite temporal do PQ.

Em relação ao tipo de investigação, o nosso trabalho consiste numa investigação descritiva e explicativa, em que se pretende realizar uma análise qualitativa dos dados, fazendo uso de entrevistas diretivas e de uma análise documental.

O trabalho de campo compreende a realização de entrevistas a entidades que estão e estiveram relacionadas com a CTM em Timor-Leste, nomeadamente os diretores do projeto nº5 de CTM.

A redação do trabalho obedece a um conjunto de normas dadas pela Academia Militar (AM) patentes na Norma de Execução Permanente (NEP) 520/2ª/29ABR13/AM. Por sua vez, esta remete-nos para as Normas da *American Psychological Association* (APA) no que diz respeito à bibliografia e citações.

## 1.8. Estrutura do Trabalho e Sínteses dos Capítulos

O presente trabalho encontra-se dividido em sete Capítulos, começando com uma Introdução e terminando com as Conclusões e Recomendações.

Na introdução o objetivo passa por enquadrar a investigação e justificar a escolha do tema, definir a pergunta de partida e perguntas derivadas, levantar as hipóteses, definir a metodologia e expor a estrutura do trabalho.

O segundo Capítulo dá início a uma série de três Capítulos de Revisão da Literatura, e visa analisar a Política Externa Portuguesa bem como a Cooperação Técnico-Militar num âmbito político.

No terceiro Capítulo é analisada a Cooperação Técnico-Militar com Timor-Leste e em particular o Projeto n.º5, relativo ao apoio à Componente Terrestre.

No quarto Capítulo é feita uma abordagem às F-FDTL, começando com uma resenha histórica, um enquadramento estratégico e uma análise ao documento Força 2020.

Posteriormente são abordadas as capacidades das F-FDTL, os cenários de atuação e os níveis de empenhamento e a estrutura das F-FDTL, terminando com uma abordagem à Componente Terrestre.

Com o quinto Capítulo dá-se início à parte do trabalho de campo, sendo referida a metodologia aplicada e os demais procedimentos utilizados para a realização do estudo.

No sexto Capítulo são analisadas as entrevistas realizadas e procede-se à análise das mesmas.

No final encontram-se as Conclusões e Recomendações, onde é respondida a Pergunta de Partida da investigação, assim como todas as Perguntas Derivadas, corroborando ou refutando as hipóteses levantadas no início da investigação.



## **Capítulo 2**

### **A Cooperação Técnico-Militar na Política Externa Portuguesa**

#### **2.1. Introdução**

De forma a compreender melhor as missões de CTM, é analisada neste capítulo a sua integração no âmbito da política externa de Portugal. Assim, importa compreender a política externa de Portugal, como ela se desenvolve e quais os principais vetores que a sustentam. Abordamos a política de cooperação portuguesa, a qual reflete o posicionamento do Estado português em matéria de cooperação com outros países. Ainda dentro da política externa, abordamos o papel das Forças Armadas e as principais linhas do novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), aprovado em abril de 2013, nesta matéria.

Desta forma podemos enquadrar a CTM dentro da política externa, fazer uma explicação de como se desenvolve, bem como enunciar as partes executantes, os responsáveis e os intervenientes.

#### **2.2. A Política Externa Portuguesa**

Portugal, enquanto Estado, tem na sua atividade democrática uma parcela bastante importante. A política externa é classificada como inevitável, “sendo impossível a qualquer Estado abster-se de a praticar” (Merle in Hermenegildo, 2012, p. 25). Segundo Gomes (1990, p. 55), a política externa é uma “atividade desenvolvida pelo Estado em relação a outros Estados e entidades de relevância internacional”.

Gomes (1990) defende que, hoje em dia, no mundo ocidental, a política externa tem um papel muito alargado, pois as guerras, o uso da força e do poder militar, não são a única opção dos Estados, surgindo outras formas de atuação como o uso do poder económico e da influência cultural.

Um dos meios de ação dos Estados é a diplomacia. Esta é realizada por agentes reconhecidos pelo Estado e executada de forma pacífica. A ação diplomática vai desde a

representação externa do Estado e das relações políticas até ao desenvolvimento de laços culturais (Gomes, 1990).

É através da diplomacia que o Estado português desenvolve parcerias, acordos, alianças e relações multilaterais e bilaterais. Neste âmbito, o art.º 7.º da Constituição da República Portuguesa designa os traços orientadores no que diz respeito às relações internacionais. O caso da União Europeia (UE) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) são dois dos maiores vetores da política externa portuguesa, de modo que Teixeira (2010) caracteriza-a como uma política europeia e atlântica. A estas vertentes acrescenta-se outra dimensão a CPLP e os PALOP, que correspondem a relações que têm uma base histórica e cultural.

Aranha (1994, p. 18) afirma que “nenhum país pode considerar-se verdadeiramente independente” e conforme Gomes (1990, p. 57) “nenhum Estado é autossuficiente”. Deste modo, os Estados sentem necessidade em realizar políticas de cooperação que se caracterizam por ser “uma das componentes prioritárias e essenciais da política externa” (Aranha, 1994, p. 18), sendo “a política de cooperação para o desenvolvimento (um) vetor essencial da política externa” (Presidência do Conselho de Ministros, 2005, p. 7180).

No documento “Uma Visão Estratégica Para a Cooperação Portuguesa”, o guia da política de cooperação portuguesa, expõe-se que a política de cooperação reflete a política externa portuguesa substancialmente de três formas. Em primeiro no que diz respeito aos países de língua portuguesa, com destaque para os PALOP e Timor-Leste, em segundo, a promoção da língua portuguesa e, por último, a promoção da capacidade de interlocução e influência em redes temáticas internacionais com centros de decisão supranacionais (Presidência do Conselho de Ministros, 2005). Isto é ainda mencionado no n.º 4 do art.º 7º da Constituição da República Portuguesa, onde refere que “Portugal mantém laços especiais de amizade e cooperação com os Países de Língua Portuguesa”, sendo que um dos fatores potenciadores das ações de cooperação é a língua portuguesa (Aranha, 1994).

O papel das Forças Armadas na política externa é recente, mas ao mesmo tempo faz parte dos eixos centrais, nomeadamente ao nível da produção de segurança em missões de operação de paz no âmbito da OTAN, UE e das Nações Unidas (Teixeira, 2010). Assim, as Forças Armadas são um instrumento primordial no apoio à política externa do Estado (Fontoura (coord.), 2013).

Alguns dos instrumentos usados pela política externa, geralmente os mais violentos, são levados a cabo pelas Forças Armadas, seja a dissuasão, a ameaça, a pressão militar e a guerra (Gomes, 1990).

No novo CEDN faz-se referência à consolidação das relações externas de defesa, sendo um papel que as Forças Armadas desempenham em missões supramencionadas bem como nas relações com os Estados membros da CPLP, no domínio da CTM e da reforma do sector da segurança (Assembleia da República, 2013).

Este documento traça as linhas orientadoras da estratégia global do Estado para a consecução dos objetivos da política de segurança e defesa nacional. Neste âmbito, são elencados alguns elementos essenciais como “a diplomacia portuguesa, para a realização da estratégia na vertente internacional” e “as Forças Armadas portuguesas, para consolidar Portugal no seu estatuto de coprodutor de segurança internacional” (Assembleia da República, 2013). Estes dois elementos são particularmente fundamentais para a temática em questão. O primeiro remete-nos para a importância da política externa no âmbito das relações diplomáticas como instrumento da realização estratégica e o segundo faz referência às Forças Armadas como um instrumento ao nível da projeção do prestígio de Portugal.

### **2.3. A Cooperação Técnico-Militar**

A cooperação é um dos pilares da política externa portuguesa e é neste âmbito que se insere a CTM, cujo principal objetivo é o de contribuir para o desenvolvimento dos PALOP e Timor-Leste (Aranha, 1994). As atividades de CTM fundem-se com as linhas orientadoras da cooperação portuguesa, que assentam na aposta no apoio ao desenvolvimento de programas de promoção de paz, prevenção e gestão de conflitos e de estabilidade pós-conflito nos Estados mais frágeis. (Duarte, 2011).

Na Constituição da República Portuguesa este aspeto é enunciado no n.º 6 do art.º 275.º, referente às Forças Armadas e à sua colaboração em ações de CTM no âmbito da política nacional de cooperação.

Este tipo de cooperação desenvolve-se num nível multilateral, com a CPLP desde 2002, mas é essencialmente bilateral, ou seja, entre Portugal e cada um dos PALOP e Timor-

Leste (Duarte, 2011).

A estabilidade política, a segurança e o desenvolvimento económico e social são áreas que integram a CTM (Duarte, 2011). Deste modo a CTM é conduzida numa perspetiva de cooperação de Estado a Estado (Nicau, Junqueira, & Pires, 2009). No caso de Portugal, a estratégia total do Estado português contemplada no CEDN define num dos vetores de ação estratégica o alargamento das “relações bilaterais e multilaterais de segurança e defesa com os Estado membros da CPLP, em particular nos domínios da cooperação técnico-militar” (Assembleia da República, 2013, p. 1989).

O organismo responsável por estas missões é o Ministério da Defesa Nacional (MDN), através Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), mais especificamente a Direção de Serviços de Cooperação Técnico-Militar (DCTM), sendo também coordenadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) pois seguem os princípios da Política Nacional de Cooperação. A Portaria n.º 94/2012, no seu art.º 4.º, enuncia as competências da DCTM, sendo de ressaltar algumas delas como coordenar a CTM, acompanhar e avaliar a execução dos projetos de CTM e coordenar a ação dos adidos de defesa em matéria de CTM.

O documento produzido pela DGPDN, denominado “Orientação Estratégica Para a Cooperação Militar”, refere os objetivos das diversas dimensões da CTM nas vertentes bilateral, da CPLP, trilateral e multilateral. Ao nível da cooperação bilateral, a CTM atua na Reforma do Setor de Segurança, apoiando os países parceiros na reforma das estruturas de Defesa em áreas específicas como a definição da política de Defesa, a organização da estrutura superior de Defesa, a reorganização das Forças Armadas, a formação e instrução militar, quer em Portugal quer nos próprios países, a adoção de códigos de conduta, a gestão do pessoal e o recrutamento militar e na Saúde, Medicina Militar e Assistência Hospitalar.

Na vertente da CPLP, um dos objetivos passa pela formação de unidades militares que possam vir a ser empregues em Operações de Apoio à Paz e Humanitárias. Esta formação assenta na criação de centros de excelência de formação de formadores de forças especiais, concentrados em alguns países, com o intuito de proporcionar formação nessas áreas aos militares dos PALOP e Timor-Leste.

Na vertente trilateral, interessa a Portugal definir pressupostos de concordância entre países com programas de cooperação em África, nomeadamente a França e os Estados

Unidos da América.

Na vertente multilateral, Portugal dá especial atenção às áreas de inserção regional dos nossos parceiros, quer seja em Organizações Regionais e Sub-Regionais, quer com países vizinhos, tendo em consideração as parcerias estabelecidas entre essas e as que Portugal integra, designadamente a OTAN e a UE. Com base na sua experiência, Portugal apoia a inserção regional dos PALOP e de Timor-Leste em Organizações Regionais de Segurança e Defesa, com vista à execução de Operações de Manutenção de Paz e Humanitárias. Para este efeito é criado, em Portugal, o Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA). Ainda nesta vertente, a CTM deverá ter em conta a definição de políticas e interesses para o Continente Africano, por parte da OTAN e da UE, para que estes incorporem o conhecimento, a experiência e a visão portuguesa.

Com base na experiência das Forças Armadas na participação em Operações de Manutenção de Paz e Humanitárias, inseridas na OTAN e UE, surge em abril de 2006 o PAMPA, um programa com o objetivo de qualificar oficiais dos PALOP e de Timor-Leste para a execução deste tipo de missões. O quadro de ação da CTM, nesta matéria, desenvolve-se à volta de quatro eixos: o desenvolvimento de capacidade institucional no âmbito da Segurança e Defesa; a formação de militares nos países africanos; a cooperação com Organizações Regionais e Sub-Regionais africanas; e a mobilização da agenda africana nas políticas e estratégias das Organizações de Segurança e Defesa (Duarte, 2011).

Na prática, o processo de CTM começa com uma solicitação por parte dos governos dos PALOP e Timor-Leste ao governo português, que transforma essas solicitações em projetos (Aranha, 1994).

As missões de CTM regem-se por um documento com uma validade de três anos assinado pelos Estados, o PQ. Este contempla vários projetos, sendo que cada projeto tem um objetivo global e vários objetivos específicos. Para cada projeto é nomeado bilateralmente um Diretor Técnico (DT), cuja nomeação é feita pelos ramos das Forças Armadas responsáveis pelo projeto. Este tem a responsabilidade de elaborar o planeamento técnico do projeto, dirigir a sua execução, avaliar os resultados e propor alterações ou desenvolvimentos. O DT deve avaliar o desempenho individual dos militares empenhados no projeto, propor a formação em Portugal de militares correlacionados com o projeto e propor e seleccionar o material. Semanalmente os DT reúnem-se com o adido de defesa e

mensalmente elaboram um relatório de atividades para o DGPDN, o que faz com que haja uma relação entre todos os DT de projetos e que estes consigam atingir os objetivos definidos, bem como promover a troca de informações entre eles (Duarte, 2011).

Assim, aos ramos das Forças Armadas e ao Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) compete a execução dos projetos, enquanto que a definição e avaliação da Política de Cooperação Técnico-Militar cabe ao MDN, através da DGPDN (Aranha, 1994).

## **2.4. Síntese**

A política externa é uma peça importante dentro do Estado. Esta contém várias formas de atuação, sendo a ação diplomática responsável pela criação e manutenção de relações com outros Estados. A política de cooperação é parte integrante da política externa, sendo responsável pelas relações de cooperação com outros países. As Forças Armadas representam-se como um instrumento fundamental de qualquer Estado, desenvolvendo múltiplas funções que contribuem para a prossecução de objetivos no âmbito externo, como a CTM.

Inserida num âmbito de cooperação, a CTM é, hoje em dia, praticada em algumas vertentes, seja bilateral ou multilateral. Os PALOP e Timor-Leste são os parceiros portugueses neste tipo de missões. Portugal desenvolve um vasto leque de missões de CTM com vista a fomentar o desenvolvimento das suas ex-colónias, assente numa política de cooperação e numa iniciativa que tem como base um aspeto em comum, a língua portuguesa.

As missões de CTM são executadas por militares portugueses, que prestam assessoria, conforme o estipulado nos PQ assinados pelos países cooperantes. Por sua vez, compete ao MDN, através da DGPDN, avaliá-las e defini-las.

## **Capítulo 3**

### **A Cooperação Técnico-Militar em Timor-Leste**

#### **3.1. Introdução**

A análise à CTM com Timor-Leste parte desde o início desta, em 2000, até ao ano de 2013, com especial foco no último PQ de 2011-2013. Este é analisado, sendo expostos os vários projetos que o compõem.

Dentro dos projetos que compõem o PQ 2011-2013, é examinado com maior profundidade o projeto n.º 5, que se refere ao apoio à Componente Terrestre das F-FDTL. São descritas as ações desenvolvidas pelos militares portugueses durante o período relativo ao PQ 2011-2013, bem como algumas atividades levadas a cabo durante o período indicado.

#### **3.2. A CTM em Timor-Leste**

A CTM com Timor-Leste começou logo no início da sua independência. No ano de 2000, Portugal dá início a um apoio na área da formação do Exército timorense. Primeiro através de militares da força nacional destacada naquele teatro de operações, que começaram a formação de 82 instruídos no fim de julho de 2000 (Cavaleiro, Azevedo, & Calmeiro, 2004).

No final de 2000, a vontade das autoridades timorenses era que no dia da independência, naquela altura prevista para o último quadrimestre de 2001, houvesse um Batalhão de Infantaria com um efetivo de 600 militares completamente formado. Para isso Portugal forneceu a dotação de fardamento necessária, apoio no processo de recrutamento e destacou uma equipa da Escola Prática de Infantaria para ministrar a formação. Este apoio na área da formação durou até 2004, ano em que a formação das F-FDTL entrou na fase de sustentação (Nicaú, Junqueira, & Pires, 2009).

Sendo a CTM desenvolvida numa vertente bilateral com Timor-Leste, a 20 de maio de 2002 com a assinatura por parte dos dois países do “Acordo de Cooperação Técnico-

Militar entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste”, o qual surgiu logo após o dia da independência de Timor-Leste, deu-se início ao processo de CTM. A resolução da Assembleia da República n.º 39/2003 aprovou este mesmo acordo em março de 2003, em que as partes designadas se comprometem a desenvolver CTM através de ações de formação de pessoal e de assessoria técnica. Consequentemente, o primeiro PQ teve efeito durante o triénio de 2003/2005 (Figueiredo, 2011).

Posteriormente, a 27 de setembro de 2011, é assinado um outro acordo, sendo este mais abrangente, denominado “Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste no Domínio da Defesa”, que visa desenvolver novas áreas de cooperação no sector da Defesa. Posteriormente, a Assembleia da República, na resolução n.º 111/2012, aprovou este mesmo acordo, o qual mantém as mesmas diretrizes no que diz respeito à CTM, acrescentando novas orientações em relação à integração de militares das F-FDTL em contingentes portugueses em missões de paz e uma nova área de cooperação económica para matérias de Defesa e Assuntos do Mar.

Com base nos objetivos estabelecidos pelo MDN, a CTM com Timor-Leste assenta num PQ que é renovado a cada três anos. O PQ do triénio 2011-2013 (ver Anexo A), contempla sete projetos, sendo:

- Projeto n.º 1 – Estrutura Superior da Defesa e das F-FDTL;
- Projeto n.º 2 – Casa Militar do Presidente da República;
- Projeto n.º 3 – Componente Naval;
- Projeto n.º 4 – Centro de Instrução Militar;
- Projeto n.º 5 – Componente Terrestre;
- Projeto n.º 6 – Engenharia Militar;
- Projeto n.º 7 – Formação em Portugal;

Cada um destes projetos está orientado para dar apoio a uma área específica, que vai de encontro ao estipulado no documento da DGPDN, “Orientação Estratégica para a Cooperação Militar”, no que refere aos acordos bilaterais.

O projeto n.º 1 visa apoiar a Estrutura Superior da Defesa e das F-FDTL, concentrada essencialmente no apoio ao MDN e ao Estado-Maior General das F-FDTL. O projeto n.º 2 tem como missão a criação e apoio ao funcionamento da Casa Militar do Presidente da República, tendo ainda uma ligação ao projeto n.º 7.



Os projetos n.º 3, 5 e 6 são projetos de assessoria técnica à componente naval, à Componente Terrestre das F-FDTL e à engenharia militar. Respetivamente, os dois primeiros são orientados para o treino operacional das forças e para o apoio ao desenvolvimento, enquanto o último está ligado a uma área específica da engenharia militar, a construção de infraestruturas.

A instrução dos militares timorenses fica a cargo do projeto n.º4, que visa apoiar o Centro de Instrução Militar de Metinaro, desenvolvendo todo o tipo de atividades ligadas à formação, como o desenvolvimento de currículos dos cursos, formação nas especialidades e a formação dos quadros das F-FDTL.

O último, o projeto n.º 7, tem como objetivo a formação em Portugal de militares nos estabelecimentos de Ensino Superior Público Militar, como a AM, entre outras unidades, estabelecimentos e órgãos de ensino militar.

### **3.3. O Projeto n.º5**

A Componente Terrestre das F-FDTL é assessorada pelos militares portugueses que integram o projeto n.º 5. No período correspondente ao PQ 2011-2013, houve dois DT desse projeto, primeiro o Major de Infantaria Samuel Jesus, sendo rendido pelo Major de Infantaria Rui Rodrigues.

A missão principal do projeto n.º 5 é a de apoiar no planeamento e execução do treino operacional das F-FDTL, a todo os escalões, desde o individual ao escalão Batalhão (1BIMec, 2012).

O projeto conta com uma equipa de assessoria permanente composta por um Oficial Superior, um Oficial Capitão ou Subalterno e um Sargento-Ajudante. Para a execução de exercícios é solicitada uma assessoria temporária, composta por três subalternos. No ano de 2012 foram realizados dois exercícios em que esta assessoria temporária participou. No primeiro, foram treinadas Operações Convencionais e Operações de Apoio à Paz. O segundo tratou-se de um exercício militar com forças americanas, que tiveram como objetivo de treino patrulhas, combate em áreas edificadas e combate em ambiente de selva. Esta serviu inclusive para um estreitar de relações entre Timor-Leste e os Estados Unidos da América

(1BIMec, 2012).

No início de 2013 realizou-se um exercício que teve como intenção treinar as F-FDTL em Operações de Guerrilha e Contraguerrilha. Todos os exercícios contam com a ajuda da equipa portuguesa, desde a fase de planeamento, execução e avaliação, sendo que esta última é da responsabilidade dos militares portugueses (Rodrigues, 2013).

Um dos objetivos a longo prazo é a transformação das F-FDTL. Estas nasceram como uma força de Guerrilha, mas após a revolução é necessário que passem para um estatuto de uma força regular. Para que isto seja possível, a assessoria do projeto n.º 5 tem necessidade de desenvolver doutrinas, táticas e técnicas (1BIMec, 2012).

### **3.4. Síntese**

A CTM com Timor-Leste é a mais recente de todas as ações de CTM realizadas por Portugal. Esta assenta numa cooperação bilateral entre os dois Estados, tendo o seu início durante o período em que estiveram destacadas forças nacionais em Timor-Leste. Primeiro restringiu-se apenas à parte da formação, sendo que só a partir de 2002 é que foi assinado o acordo oficial de CTM. Desde então a CTM passou a ser regulada pelos PQ.

O PQ referente ao triénio 2011-2013 comporta 7 projetos. O projeto n.º 5 garante o apoio à Componente Terrestre. Este desenvolve ações no âmbito do treino operacional das F-FDTL, quer sejam exercícios táticos, quer sejam métodos, táticas e técnicas de treino.

## **Capítulo 4**

### **F-FDTL**

#### **4.1. Introdução**

Este Capítulo centra-se nas F-FDTL, começando por falar nas FALINTIL, que deram origem às hoje conhecidas F-FDTL. Posteriormente é feito um enquadramento estratégico quer do País, quer das F-FDTL.

O documento Força 2020 foi a base por trás de toda a estrutura e organização das F-FDTL. Este documento é aqui descrito de uma forma simplificada, de modo a dar a entender os aspetos importantes que são tratados.

Outro aspeto tratado neste capítulo diz respeito às F-FDTL, ao nível das suas capacidades, cenários de atuação e níveis de empenhamento, fazendo estes três pontos parte de sua génese enquanto força militar.

Por fim, é exposta a organização, de uma forma geral, das F-FDTL e, posteriormente, da Componente Terrestre, de uma forma mais específica.

#### **4.2. Do Passado ao Presente**

Antes da independência de Timor-Leste, as FALINTIL eram uma força de Guerrilha que lutava contra o regime indonésio. Após a independência, sentiu-se a necessidade de reestruturar estas mesmas forças, dando início a um processo de transformação que visava ajustar as FALINTIL numa força convencional, adaptadas ao enquadramento político de Timor-Leste, mudando, desde logo, o nome, passando a designar-se FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste.

As F-FDTL passaram a ser guiadas pelos objetivos da Constituição de Timor-Leste e adotaram uma estratégia de defesa baseada na diplomacia e na dissuasão para prevenir e resolver conflitos (Governo de Timor-Leste, 2011).

Como resultado da transformação das F-FDTL, estas passaram a ter um modelo de

uma força conjunta constituída por cinco componentes, terrestre, naval ligeiro, apoio aéreo, serviços de apoio e educação e formação, estando estas sob o comando do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (Governo de Timor-Leste, 2011).

As F-FDTL passam, assim, de um modelo estritamente vocacionado para a defesa militar do território, papel que desempenhavam enquanto força de Guerrilha, para um modelo de duplo uso, em que as missões de interesse público passam a fazer parte da sua missão (SED-GAB Força 2020, 2009).

O modelo Força 2020, abordado mais à frente neste capítulo, é o documento que serviu como base para esta transformação, definindo a organização e funcionamento das F-FDTL.

#### **4.3. Timor-Leste e as F-FDTL**

As F-FDTL são enquadradas a nível conceptual e jurídico pelas várias leis, contendo três funções relevantes: militar, diplomática e de interesse público. No âmbito militar e diplomático, pode-se falar nas missões de Apoio à Paz e nas missões de Cooperação Técnico-Militar. No âmbito da função de interesse público, as F-FDTL desenvolvem ações relacionadas com a cooperação Civil-Militar e de Proteção Civil.

A política por parte de Timor-Leste assenta no respeito pelo Estado de Direito e numa procura de alianças com os países vizinhos, de forma a promover a defesa regional e global, bem como a participação em forças internacionais de manutenção de paz. São identificadas algumas ameaças à segurança, nomeadamente ao nível transnacional, como o crime organizado, o terrorismo, o tráfico de drogas e armas, o fundamentalismo religioso, a degradação ambiental e mudanças climáticas, os desastres humanitários e as pandemias.

Timor-Leste encontra-se posicionado numa das principais rotas marítimas internacionais, entre os Oceanos Índico e Pacífico, aliada a uma Zona Económica Exclusiva que é quase cinco vezes maior que a sua área terrestre. Timor-Leste vê-se na necessidade de desenvolver a sua componente naval de forma a garantir o cumprimento de missões de monitorização, vigilância, policiamento e salvamento em zonas marítimas sob a sua jurisdição (Governo de Timor-Leste, 2011).

Para além deste posicionamento crucial, Timor-Leste possui recursos naturais importantes como petróleo e gás (Dias, 2012).

Enquanto força militar de um país democrático, as F-FDTL constituem-se como um instrumento importante da política externa timorense, bem como um meio para promover a afirmação de Timor-Leste no exterior e aumentar o seu prestígio e credibilidade (Governo de Timor-Leste, 2011).

#### **4.4. Força 2020**

O documento Força 2020 é um estudo que define um modelo de desenvolvimento das F-FDTL para o período de 2005-2020, estabelecendo as linhas de orientação da estratégia de defesa e segurança nacional e da sua componente militar. As prioridades do Ministério da Defesa e Segurança, do Secretário de Estado da Defesa (SED) e do Chefe do Estado-Maior General das F-FDTL são igualmente definidas por este documento (Secretário de Estado da Defesa, 2011).

Foi elaborado por um grupo de estudos multinacional que conta com a presença de várias nações cooperantes em Timor-Leste, entre elas Portugal. O gabinete Força 2020 foi criado posteriormente, através do Despacho do SED nº 02/2008, de 11 de janeiro, com a competência de “estudar, elaborar e implementar as medidas previstas no programa da Força 2020” (Secretário de Estado da Defesa, 2011).

O documento está dividido em cinco partes, com onze capítulos no total. Começa com uma análise do ambiente estratégico no qual Timor-Leste se encontra inserido, fazendo referências às ameaças, às alianças regionais e à política de defesa nacional. É elaborada uma análise aos vários níveis de Timor-Leste, seja geográfica, demográfica, entre outros. Ainda nesta fase, é descrito o papel das forças armadas timorenses e enunciada a estratégia de defesa nacional e o plano estratégico.

A segunda parte do documento refere-se às capacidades das F-FDTL, é definida a estratégia ao nível do desenvolvimento das forças armadas e do planeamento de defesa militar, bem como a cadeia de comando das F-FDTL e as componentes terrestre, naval, aérea e apoio de serviços.

A terceira parte, intitulada desafios institucionais, comporta vários temas, como os desafios institucionais que as F-FDTL têm pela frente, as características que os militares devem possuir, como a disciplina, responsabilidade, coragem, entre outros. O treino e a instrução são outra das matérias em foco, falando a fundo da componente de educação e treino. Por último, são abordados os programas bilaterais e multilaterais.

A quarta parte fala sobre o desenvolvimento das F-FDTL, sobre os planos da estrutura militar, da legislação e todos os estudos inerentes às F-FDTL. É nesta parte, mais precisamente no capítulo nove, que são apresentadas cinco opções de desenvolvimento das F-FDTL, sendo que a escolha recomendada acabou por ser a opção C, uma opção que contempla uma reestruturação das F-FDTL.

A quinta e última parte fala-nos sobre as capacidades futuras e dá uma previsão do documento sucessor deste, o Defesa 2020-2050 e o Defesa 2050-2075.

#### **4.5. Capacidades das F-FDTL**

O Conceito de Emprego das F-FDTL é um documento elaborado pelo Gabinete da Força 2020 com base numa dedução do estudo Força 2020. Na Figura 1 encontram-se as doze capacidades das F-FDTL que vêm descritas neste mesmo documento.

Vamos de seguida abordar algumas das principais capacidades que estão relacionadas com a Componente Terrestre das F-FDTL.

Começando pela capacidade de Comando e Controlo, este tem a finalidade de facultar o comando e controlo por parte do CEMGFA, como comandante operacional das F-FDTL, das respetivas Componentes e os demais órgãos. Esta capacidade é estendida para a estrutura das Componentes, das Forças e das Unidades das F-FDTL, de modo a garantir a edificação, o aprontamento, o emprego e a sustentação dos seus meios. Assegurar ligação entre as redes dos sistemas de comunicação e informação das F-FDTL com as estruturas congéneres das organizações de segurança e defesa de Timor-Leste e das organizações internacionais, faz parte das finalidades da capacidade de Comando e Controlo (SED-GAB Força 2020, 2009).

Relativamente à capacidade ao nível da Cooperação Civil-Militar e Apoio Geral, é intenção das F-FDTL aprofundar as relações com as instituições civis de forma a garantir o

cumprimento da missão das F-FDTL e que a população timorense seja o centro do seu objetivo. Deve ainda garantir o Apoio Geral através de módulos destacáveis às unidades operacionais das F-FDTL, colaborando com os meios orgânicos no reforço dos meios de segurança e defesa de áreas e pontos sensíveis no território (SED-GAB Força 2020, 2009).

As Missões de Interesse Público contemplam, no geral, o apoio às populações, traduzindo-se em missões, no âmbito do apoio à Proteção Civil, utilizando os meios militares. Estas missões fazem parte das capacidades, sendo a execução das mesmas importante para o apoio que as F-FDTL dão à população. Estas missões vão desde a busca e salvamento, ao auxílio às populações em situação normal, de catástrofe ou calamidade (SED-GAB Força 2020, 2009).

Como força militar, as F-FDTL devem ter a capacidade de intervir e empenhar forças terrestres, navais e de apoio aéreo, de forma sustentada e autónoma, para o cumprimento das suas missões. Esta capacidade, descrita como a capacidade de Intervenção (Reação Rápida), deve ainda apoiar a política externa do Estado timorense na salvaguarda dos interesses nacionais e na evacuação de cidadãos de áreas de crise ou conflito e na defesa de todo o território, incluindo as ilhas de Ataúro e Jaco, bem como do enclave de Oecussi, reforçando, se necessário, as forças nestes locais (SED-GAB Força 2020, 2009).

A capacidade de resistência ativa e dissuasão faz parte também de qualquer força militar, traduzindo a capacidade que as F-FDTL têm em levantar uma força de Guerrilha em caso de ocupação do território, desenvolvendo, para isso, operações de informação, operações psicológicas e o emprego de forças especiais, ligando-se com as atividades de cooperação Civil-Militar e apoio geral (SED-GAB Força 2020, 2009).

As duas últimas capacidades que vamos abordar dizem respeito à sustentação logística e à capacidade de sobrevivência e proteção da força. Em relação à sustentação logística, as F-FDTL devem garantir um sistema adequado de reabastecimento, manutenção, transporte, evacuação e de serviços de campanha, de forma a assegurar essa sustentação às operações militares. Por outro lado, as F-FDTL devem possuir uma capacidade de sobrevivência que lhes permita minimizar os efeitos das ações de forças oponentes de modo a assegurar a liberdade de ação e o aumento da eficácia das unidades e forças das F-FDTL, quer ao nível individual, quer ao nível das unidades operacionais. Para isso devem introduzir novos requisitos e melhorar os existentes através dos meios, sistemas e formação (SED-GAB

Força 2020, 2009).



**Figura 1 – Capacidades das F-FDTL**

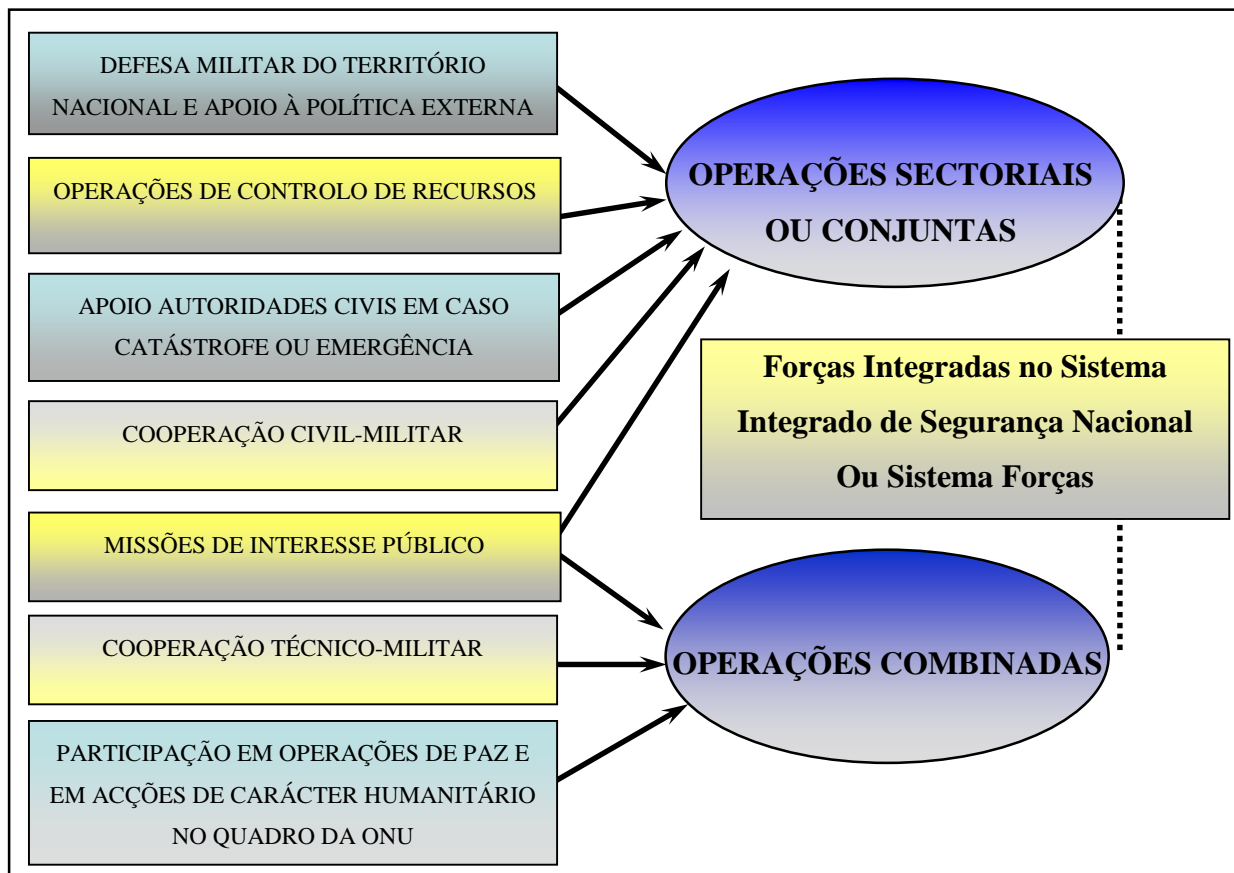
Fonte: Autor

#### **4.6. Cenários de Atuação e Níveis de Empenhamento**

Ainda com base no documento, Conceito de Emprego das F-FDTL, as F-FDTL estão preparadas para atuar em diversos cenários e níveis de empenhamento. Na Figura 2 está



disposto um esquema resumo dos cenários de atuação das F-FDTL.



**Figura 2 – Cenários de Atuação das F-FDTL**

Fonte: SED-GAB Força 2020 (2009)

Ainda com base no estudo elaborado pelo Gabinete Força 2020, foram definidas as probabilidades de ocorrência, a curto e médio prazo, dos cenários demonstrado na Tabela 1.

A defesa integrada do território nacional diz respeito às ameaças e agressões externas, como vem explanado na Constituição da República. Embora na atualidade não haja uma ameaça deste tipo identificada, deve continuar a existir uma preocupação em manter um dispositivo militar que assegure a soberania e permita às Forças Armadas atuar na defesa dos interesses nacionais. Deste modo, as F-FDTL devem atuar com capacidade de dissuasão de uma agressão externa e defender o território nacional de ameaças ou agressões externas,

em especial na região fronteiriça, onde a probabilidade de ocorrência desta situação é classificada de média.

**Tabela 1 – Probabilidade dos Cenários de Atuação**

Fonte: SED-GAB Força 2020 (2009)

<b>CENÁRIOS DE ATUAÇÃO</b>	<b>PROBABILIDADE</b>
DEFESA INTEGRADA DO TERRITÓRIO	MÉDIA
MISSÕES DE INTERESSE PÚBLICO	ALTA
OPERAÇÕES DE CONTROLO DE RECURSOS	ALTA
OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ E HUMANITÁRIAS	ALTA / MÉDIA
COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR	ALTA / MÉDIA
COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR	ALTA / MÉDIA

As missões de interesse público dizem respeito ao apoio à Proteção Civil em situações de catástrofe ou calamidade pública, no apoio às necessidades básicas das populações, na fiscalização da Zona Económica Exclusiva (ZEE), na busca e salvamento, na proteção ambiental, na defesa do património e na prevenção de incêndios, tendo estas missões uma elevada probabilidade de ocorrência.

As operações de controlo de recursos, dizem respeito à vigilância e fiscalização dos espaços marítimos de jurisdição nacional, nomeadamente as águas territoriais e a ZEE. Isto é desenvolvido pela Componente Naval, sendo que apresenta uma elevada probabilidade de ocorrência.

A participação em operações de Apoio à Paz e Humanitárias tem uma probabilidade média de ocorrência, e se vier a acontecer a médio prazo deverá envolver efetivos reduzidos, principalmente elementos de comando e estado-maior ou unidades de pequeno escalão, leia-se Companhia ou Pelotão. Estas operações podem ir desde a prevenção de conflitos à imposição de paz.

A Cooperação Civil-Militar é de extrema importância para as F-FDTL, sendo mesmo

considerada de grande importância ao nível político-militar. Estas missões contribuem diretamente para as populações, aumentando o relacionamento com estas. As F-FDTL têm laços com o povo, de modo que tencionam fortalecer estes laços, de acordo com a tradição e herança das FALINTIL. Existe uma elevada probabilidade de ocorrência destas missões, em especial nas regiões mais desfavorecidas ou isoladas, como é o caso de Ataúro e Oecuse, estando ainda relacionadas indiretamente com a participação em operações de Apoio à Paz.

Relativamente à Cooperação Técnico-Militar, é neste âmbito que as F-FDTL desenvolvem os laços de solidariedade e afetividade com os países da região e com a CPLP. O empenhamento nestes cenários centra-se em atividades de formação de pessoal, a preparação e o treino das unidades militares com vista a desenvolverem operações de Apoio à Paz e Humanitárias.

Com base na Figura 2 e Tabela 1, as F-FDTL fundamentam as necessidades de forças e meios e os respetivos prazos de prontidão que, por sua vez, vão deduzir os níveis de empenhamento do Sistema de Forças Nacional.

O planeamento deste estudo, no que toca aos níveis de empenhamento, declara que as F-FDTL deverão possuir um Sistema de Forças com uma capacidade de dissuasão e de defesa da integridade do território nacional, permitindo ainda participar no esforço levado a cabo pela ONU e outras organizações regionais. Com base nisto e levando em consideração os cenários de atuação identificados anteriormente, as F-FDTL devem preparar, estruturar e manter um sistema de força que permita satisfazer os compromissos internacionais assumidos no âmbito da defesa coletiva e deve dar resposta às necessidades de participação nas operações de Apoio à Paz e Humanitárias (SED-GAB Força 2020, 2009).

O cenário em que seja preciso defender o território nacional é apenas perspetivado a longo prazo, sendo que a curto e médio prazo há uma prioridade em relação à aquisição de capacidades de resposta ao empenhamento em operações de Apoio à Paz e Humanitárias, bem como em relação à capacidade de participar nas missões de Cooperação Técnico-Militar, honrando os compromissos assumidos nos acordos com os países da CPLP (SED-GAB Força 2020, 2009).

Os níveis de empenhamento são assim definidos com base neste estudo. Ao nível das operações de Apoio à Paz e Humanitárias, prevê-se que este não exceda o escalão Companhia, isto a curto e médio prazo, sendo que a longo prazo prevê-se que possa evoluir

para o escalão Batalhão e no caso de as operações evoluírem para imposição de paz (SED-GAB Força 2020, 2009).

#### **4.7. Organização das F-FDTL**

Como já foi aqui referido, as F-FDTL seguem o modelo do projeto Força 2020. No Anexo B está disposta a estrutura da organização base das F-FDTL, estando esta disponível no Anexo A do documento Conceito de Emprego das F-FDTL.

As F-FDTL assentam num modelo que é encabeçado pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), tendo este sobre seu controlo o Gabinete do CEMGFA e um Vice-CEMGFA. O Estado-Maior Coordenador Conjunto e o Estado-Maior Técnico são controlados pelo Chefe do Estado-Maior (CEM) e servem de apoio ao CEMGFA.

As F-FDTL, segundo o seu Conceito de Emprego, possuem um efetivo equivalente a um escalão de Brigada, estruturada em cinco componentes, já referidas anteriormente neste capítulo.

Depois do Plano de Desenvolvimento da Força 2009-2012, sentiu-se necessidade de fazer algumas alterações na Estrutura e Organização das F-FDTL. Com base nisto, o Conceito de Emprego das Forças Armadas, disposto na Resolução do Governo N° 6/2009, faz referência a estas alterações. A Componente Terrestre passa a privilegiar uma distribuição mais territorial de forma a ter uma maior ligação e interação com a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL). São atribuídas áreas de responsabilidade a Companhias de Infantaria, na dependência de um Comando de Sector, de modo a permitir uma maior flexibilidade e mobilidade na defesa do território. É organizada uma Unidade de Apoio de Combate, escalão Companhia, com a capacidade de reconhecimento, anti carro, anti aérea, artilharia ligeira, vigilância do campo de batalha e guerra eletrónica. A reserva operacional do CEMGFA passa a ser um Esquadrão de Reconhecimento, com viaturas blindadas. A Cooperação Civil-Militar passa a ter uma ponderação mais reforçada de modo a contribuir para o cumprimento da Segurança Nacional, essencialmente através da criação de uma unidade de Engenharia, escalão Companhia, para este apoio e também de modo a ser

utilizada como Apoio de Combate às unidades de manobra. O sistema de informações militares é também alvo desta transformação, sendo este um fator multiplicador da força no ambiente estratégico atual e emergente garantindo aviso, identificação, limitação, controlo e gestão de danos e consequentemente uma maior capacidade de resposta e desdobramento das forças (SED-GAB Força 2020, 2009).

#### **4.8. Componente Terrestre**

A Componente Terrestre das F-FDTL está dividida em duas, a Força Operacional de Combate Terrestre e a Força de Defesa Terrestre que, por sua vez, se encontra dividida em Comandos de Sector, que enquadram as unidades territoriais. O escalão fundamental são as Companhias de Infantaria, que se encontram na dependência destes Comandos. Estas são o elemento fundamental da manobra das F-FDTL, possuindo um poder de fogo significativo, uma grande flexibilidade e alguma autonomia de emprego. As F-FDTL adotaram um sistema de organização ternário em que cada Companhia contém três Pelotões de Atiradores e um Pelotão de Apoio de Fogos, que contém uma Secção de Morteiros e Secção Anti Carro. Estas Companhias podem ser empregues independentemente, por tempo ilimitado, desde que tenham um reforço de apoio de combate e de sustentação logística (SED-GAB Força 2020, 2009).

No Anexo C está representado o Organigrama da Componente Terrestre, sendo possível observar que existem dois sectores (Norte e Sul) cada um com duas Companhias de Infantaria Motorizada, uma Companhia de Engenharia e uma Companhia de Apoio e Serviços. Cada Companhia de Infantaria é composta por três Pelotões de Atiradores e um Pelotão de Apoio.

A força Operacional de Combate Terrestre é constituída por duas Companhias de Infantaria Blindada de Rodas e uma Companhia de Apoio de Combate. As Companhias de Infantaria são constituídas, à semelhança das que constituem os Sectores Norte e Sul, por três Pelotões de Atiradores e um Pelotão de Apoio. A Companhia de Apoio de Combate contempla uma Secção de Vigilância Campo de Batalha, um Pelotão de Reconhecimento, um Pelotão Anti Carro e um Pelotão de Morteiros Pesados.

#### **4.9. Síntese**

Depois da independência de Timor-Leste, deu-se um processo de transformação das Forças Armadas timorenses. Esta transformação teve como base o documento estratégico Força 2020. Neste documento é definido um modelo de desenvolvimento para as F-FDTL para o período de 2005 a 2020.

Com base no estudo Força 2020, foram elaboradas as capacidades das F-FDTL, os cenários de atuação e os níveis de empenhamento, a estrutura e a organização das F-FDTL.

Ao nível da organização, as F-FDTL são uma força de escalão Brigada dividida em cinco componentes, incluindo a Componente Terrestre. Esta componente encontra-se dividida em duas, a Força Operacional de Combate Terrestre e a Força de Defesa Terrestre, da qual fazem parte os Comandos de Sector.

## **Capítulo 5**

### **Metodologia**

#### **5.1. Introdução**

Após os primeiros capítulos deste trabalho, os quais compreendem uma sustentação teórica, na qual são abordados e clarificados conceitos elementares para o desenvolvimento da parte que se inicia agora, denominada de trabalho de campo, surge este capítulo, intitulado metodologia, que serve para dar uma explicação de como foi realizada toda a investigação presente neste trabalho.

A metodologia, segundo Oliveira (2005, p. 28), é o “processo onde se aplicam diferentes métodos, técnicas e materiais (...) para a coleta de dados no campo”, o que nos leva a uma série de procedimentos para a obtenção de dados, a escolha do instrumento de pesquisa, a definição da amostra a estudar, a categorização e a análise dos dados recolhidos (Oliveira, 2005).

Para Freixo (2011) o processo de investigação compõe-se essencialmente de três fases, sendo elas a fase conceptual, a fase metodológica e a fase empírica.

A primeira fase, denominada de fase conceptual, “pressupõe principalmente uma forma ordenada de formular ideias, de as documentar em torno de um tema preciso tendo em vista uma conceção clara e organizada do objeto em estudo” (Freixo, 2011, p. 156). Esta fase, neste trabalho, corresponde ao Capítulo 1, Introdução. É nesta fase introdutória que é formulado o problema, a Pergunta de Partida, as Perguntas Derivadas e consequentemente as Hipóteses.

A segunda fase, designada fase metodológica, “inclui todos os elementos que ajudam a conferir à investigação um caminho ou direção” (Freixo, 2011, p. 177). Esta fase é descrita mais a frente neste capítulo.

A última fase, fase empírica, inclui “a colheita de dados no terreno com a utilização do meio de recolha de dados previamente elaborado, seguido da organização e do tratamento dos dados (...) Em seguida, passa-se à apresentação, interpretação e depois à comunicação dos resultados” (Freixo, 2011, p. 214). Esta fase encontra-se no Capítulo 6 deste trabalho,

intitulado Análise dos Dados. É neste Capítulo que se vai proceder à análise das entrevistas realizadas.

## **5.2. Método de Abordagem ao Problema e Justificação**

No que refere ao método de abordagem ao problema, podemos afirmar que este teve uma natureza dedutiva. Segundo Freixo (2011, p. 98), o raciocínio dedutivo “tem origem na conceção racionalista das ciências e constitui o seu instrumento de aplicação”, caracterizando-se por partir de “premissas gerais em busca de uma verdade particular” (Freixo, 2011, p. 98).

O método aqui descrito foi o escolhido para se poder confirmar ou infirmar as hipóteses estabelecidas para a investigação.

## **5.3. Técnicas, Procedimentos e Meios Utilizados**

Neste trabalho, o instrumento utilizado para a recolha de dados foi a entrevista, sendo estas a essência do trabalho de campo realizado. Quanto à parte teórica, o que representou uma parte significativa da pesquisa efetuada, baseou-se numa análise documental, o que compreendeu Resoluções, Diretivas, Despachos, Artigos de Jornais e Revistas, entre outros. Com base nesta análise, foi possível fazer uma comparação com os dados recolhidos através do outro instrumento utilizado, a entrevista.

As entrevistas presentes neste trabalho são entrevistas estruturadas que seguem um guião, sendo que estas foram realizadas por via eletrónica, devido a impossibilidade de serem executadas de forma presencial, e os entrevistados foram escolhidos consoante as funções que desempenharam ou desempenham no âmbito da Cooperação Técnico-Militar entre Portugal e Timor-Leste. Esta escolha permitiu que os entrevistados pudessem transmitir informação de modo a responder às questões derivadas.



#### **5.4. Local e Data da Pesquisa e Recolha de Dados**

A pesquisa documental baseou-se essencialmente na Biblioteca da Academia Militar, através da consulta de revistas (Revista Militar, Nação e Defesa) e de livros que abordam a matéria. A internet foi igualmente utilizada para aceder a todo o tipo de documentos oficiais (Resoluções, Diretivas, Despachos). Toda a investigação realizou-se durante o período compreendido entre o mês de janeiro de 2013 e o mês de julho de 2014.

#### **5.5. Amostragem: Composição e Justificação**

A amostra, segundo Freixo (2011, p. 182), “é constituída por um conjunto de sujeitos retirados de uma população, consistindo a amostragem num conjunto de operações que permitem escolher um grupo de sujeitos ou qualquer outro elemento representativo da população estudada”. A amostragem presente neste trabalho é uma amostragem não probabilística, sendo esta “o processo pelo qual todos os elementos da população não têm a mesma probabilidade de serem selecionados para integrarem a amostra” (Freixo, 2011, p. 183). Dentro deste tipo de amostragem, usou-se a técnica de amostragem por seleção racional, que consiste na “seleção pelo investigador de determinados sujeitos em função de características típicas” (Freixo, 2011, p. 184).

Deste modo, as entrevistas realizadas foram agrupadas em três blocos diferentes, cada um com um guião específico. Cada bloco de entrevista é dirigido a um grupo de entidades que teve as mesmas funções específicas, sendo que, no caso do Bloco A, os entrevistados têm funções em matéria de coordenação e a nível da política externa. As entidades entrevistadas neste bloco são o gestor do programa de cooperação com Timor-Leste, da DGPDN e do Adido de Defesa português em Díli (ver Apêndice A).

No caso do Bloco B, os dois entrevistados desempenharam a mesma função, ambos foram Diretores do Projeto n.º 5 – Apoio à Componente Terrestre das F-FDTL (ver Apêndice B).

No caso do Bloco C, foram entrevistadas três entidades, o Adido de Defesa de Timor-Leste em Portugal, o Ex-Comandante da Componente Terrestre, e o atual Comandante da

Componente Terrestre, estando este bloco mais focado nas autoridades timorenses (ver Apêndice C).

Assim sendo, foram criados três guiões diferentes, em que cada guião tem por base uma questão derivada do problema central, direcionado igualmente para as hipóteses levantadas durante a investigação.

Na tabela 2 encontra-se uma tabela resumo dos entrevistados, contendo o bloco de entrevista a que pertencem e a sua função.

**Tabela 2 – Caracterização da Amostra**

Fonte: Autor

<b>Bloco</b>	<b>N.º</b>	<b>Entrevistado</b>	<b>Função</b>
A	1	Capitão-de-Mar-e-Guerra Ribeiro da Costa	Adido Defesa em Díli
	2	Tenente-Coronel Ribeiro Fernandes	Gestor de Programa na DGPDN
B	3	Major Jesus	Diretor de Projeto N° 5 2011/2012
	4	Major Rodrigues	Diretor de Projeto N° 5 2012/2014
C	5	Tenente-Coronel Costa Santos	Adido Defesa em Portugal
	6	Tenente-Coronel “Mau Buti”	Ex-Comandante da Componente Terrestre
	7	Tenente-Coronel Pereira dos Santos	Comandante da Componente Terrestre

## 5.6. Descrição dos Procedimentos de Análise e Recolha de Dados

As entrevistas, segundo Quivy e Campenhoudt (2008, p. 193), consistem numa “aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interação humana”, dando assim ao entrevistador um papel que facilita a expressão de experiências e sentimentos do

entrevistado.

O tipo de entrevista escolhido foi o semidiretivo, em que “o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação do entrevistado” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 194). Quanto ao formato, estas classificam-se de individuais, visto que “existem apenas dois interlocutores, o entrevistado e o entrevistador” (Reis, 2010, p. 88).

### **5.7. Descrição dos Materiais e Instrumentos Utilizados**

Como instrumentos utilizadas para a realização deste trabalho, tem-se a entrevista e a análise documental. Segundo Reis (2010, p. 78), “a escolha do instrumento prende-se com as variáveis e a sua operacionalização, tendo em conta determinados fatores, nomeadamente os objetivos do estudo, o nível de conhecimentos que o investigador possui acerca das variáveis, a possibilidade de obter medidas apropriadas às definições conceptuais e a fidelidade e a validade dos instrumentos de medida”.

Para a pesquisa documental, deu-se primazia às fontes primárias, como as publicações oficiais e a legislação. Artigos de jornais e revistas foram outras das fontes que foram utilizadas.

As entrevistas foram dirigidas a entidades que tiveram funções ou responsabilidade em matéria de Cooperação Técnico-Militar entre Portugal e Timor-Leste, sendo que anteriormente já foram referidos os três grupos de entrevistados.

## **Capítulo 6**

### **Análise dos Dados**

#### **6.1. Introdução**

No presente capítulo procedeu-se à análise e discussão dos resultados obtidos nas entrevistas realizadas.

Cada bloco de entrevistas vai ser analisado independentemente, ou seja, vamos proceder a uma comparação pergunta a pergunta por parte dos entrevistados de cada bloco, compilando as informações que cada um forneceu.

Assim, iremos começar por analisar as entrevistas do bloco A. Dentro deste, iremos iniciar a análise às respostas dos dois entrevistados à primeira pergunta e assim sucessivamente. Posteriormente, iremos passar à análise do Bloco B e do Bloco C, de modo igual ao primeiro.

#### **6.2. Análise e Discussão das Entrevistas Bloco A**

O primeiro bloco a ser analisado comporta dois entrevistados, sendo o primeiro entrevistado (E.1) o Capitão-de-Mar-e-Guerra Ribeiro da Costa, atual Adido de Defesa em Díli, na embaixada portuguesa. O segundo entrevistado (E.2) é o Tenente-Coronel Ribeiro Fernandes, que desempenha atualmente a função de gestor do programa de cooperação com Timor-Leste na DGPDN. Ambas as entrevistas podem ser consultadas neste trabalho no Apêndices D e E, respetivamente.

A ambos os entrevistados foram realizadas questões que se enquadram com o disposto na revisão da literatura efetuada no Capítulo 2 deste trabalho, ou seja, ao nível da política externa portuguesa e da CTM no geral.

### **6.2.1. O Trabalho da Assessoria Portuguesa no Desenvolvimento das F-FDTL**

A questão inicial que se colocou aos entrevistados visa perceber se o trabalho que a assessoria portuguesa desenvolve é essencial ao desenvolvimento das F-FDTL. Desta forma, o E.1 considera de extrema importância este trabalho da CTM em Timor-Leste. Por outro lado, considera que Timor-Leste tem apoios de outras potências regionais, como o caso da Austrália e a Indonésia, mas que estes, ao contrário de Portugal, têm interesses político-estratégicos, contrários ao desenvolvimento das F-FDTL, devido às reservas de petróleo e à divisão da ZEE entre estes países.

O E.2 dá importância à questão da segurança, sendo que o contributo, a este nível, é garantido por um desenvolvimento de umas F-FDTL sustentáveis, e destaca ainda o papel de Portugal ao nível da modernização do Sector de Defesa, em recursos humanos e materiais, de forma a preparar as F-FDTL para as novas missões.

### **6.2.2. O Nível Estratégico das Missões de CTM com Timor-Leste**

As missões de CTM representam, como afirma o E.1, a solidariedade para com Timor-Leste, país que faz parte da nossa comunidade. É uma oportunidade de negócio para a Indústria de Defesa e é uma forma de Portugal exercer a sua influência estratégica no exterior, quer ao nível da doutrina militar, que ao nível da expansão e afirmação da Língua e Cultura Portuguesa.

O E.2 apresenta quatro palavras orientadoras da estratégia de cooperação, sendo elas Língua, Mar, Parcerias e Conetividade. Refere que as missões de CTM têm procurado desenvolver um modelo que assente na sustentabilidade e autonomização dos seus projetos e assessorias, de forma a garantir um desenvolvimento melhorado, mas que isto só é possível através da corresponsabilização do país parceiro.

A língua volta a ser um fator chave na estratégia da cooperação, sendo que deve ser estimulado e incentivado o seu ensino e uso. Deve ser dada prioridade à implementação do Programa de Ensino Militar em Portugal (PEMPOR); deve haver um reforço ao nível do apoio à Estrutura Superior de Defesa Nacional e das Forças Armadas de Defesa dos países-

parceiros; deve, igualmente, ser melhorado o sistema de controlo e avaliação dos projetos e assessorias.

### **6.2.3. O Prestígio Internacional de Portugal**

A CTM é um vetor do desenvolvimento dos países. Timor-Leste tem na sua história um passado cheio de problemas, e o apoio prestado pela comunidade internacional tem sido essencial para a reestruturação do país, sendo que, devido ao seu passado, o sector da Defesa é considerada uma área sensível. As missões de CTM são um instrumento da Política Externa Portuguesa, com o principal objetivo de apoiar a constituição de Forças Armadas nacionais apartidárias. Estas missões de CTM não se restringem ao domínio militar, fortalecem o relacionamento secular com os diferentes países e fomentam a cooperação em diversas áreas de interesse e contribuem para a projeção do prestígio internacional de Portugal.

As missões realizadas no exterior trazem sempre um reconhecimento e um certo prestígio às nações. Quando é reconhecida a qualidade e o profissionalismo do trabalho desenvolvido, torna-se mais simples haver esse reconhecimento. Mas, por outro lado, como afirma o E.1, o reduzido número de intervenientes internacionais no terreno e a reduzida dimensão e mediatização do país tornam este reconhecimento mais limitado.

### **6.2.4. Importância das Missões de CTM**

Os objetivos da CTM são basicamente transversais a todos os países com os quais se executa a CTM, sendo que estes têm diferentes pesos conforme o país em questão. Estes objetivos, segundo o E.1, resumem-se à pertença a uma comunidade comum, à Indústria de Defesa, à influência de Portugal e da Língua Portuguesa.

As missões de CTM não são apenas bilaterais, isto é, desenvolvidas entre dois países. Elas desenvolvem-se igualmente ao nível multilateral, inserindo-se no quadro da CPLP, através da inclusão nos Estatutos da CPLP. O esforço português ao nível da cooperação representa um capital importante para Portugal, tanto pelas vantagens decorrentes deste

como também do esforço de rentabilização da cooperação.

#### **6.2.5. Continuidade da CTM com Timor-Leste**

Na assinatura do PQ que veio substituir o PQ 2011-2013, Xanana Gusmão refere que foi discutida a possibilidade de alargamento da CTM, com vista ao desenvolvimento e formação das capacidades tecnológicas das F-FDTL. E, segundo as palavras do Ministro da Defesa portuguesa, a CTM é o reforço da confiança e da cooperação humana.

Timor-Leste é um país recente, com um longo caminho pela frente para se tornar um país moderno e evoluído. Faltam quadros-médios e superiores no país e as F-FDTL não fogem a este problema. Não existe uma estrutura que permita a formação destes quadros, já que não existe uma Academia Militar em Timor-Leste, o Instituto da Defesa Nacional (IDN) tem pouco mais que um ano e não existe qualquer agência ou entidade de carácter científico dentro das Forças Armadas.

Devido a todos estes aspetos, o E.1 afirma que existe matéria para continuar com a CTM com Timor-Leste durante largos anos. Já o E.2 refere que a continuidade da CTM está inteiramente relacionada com a vontade expressa pelas autoridades timorenses.

### **6.3. Análise e Discussão das Entrevistas Bloco B**

No bloco de que se vai proceder à análise constam dois entrevistados, o Major Jesus, como Entrevistado n.º 3 (E.3), ver Apêndice F, e o Major Rodrigues, como Entrevistado n.º 4 (E.4), ver Apêndice G. Ambos foram diretores do projeto n.º 5 – Apoio à Componente Terrestre das F-FDTL. O E.3 foi o diretor no período de março de 2011 a novembro de 2012, sucedendo-lhe o E.4 de novembro de 2012 até maio de 2014.

O guião para este bloco de entrevistados foi direcionado para a parte correspondente à CTM com Timor-Leste, em particular, e em específico ao treino operacional da Componente Terrestre das F-FDTL. Como tal, relaciona-se com o Capítulo 3 da revisão da literatura deste trabalho.

### **6.3.1. O Trabalho da Assessoria Portuguesa ao Nível da Componente Terrestre.**

A assessoria portuguesa à Componente Terrestre apenas começou em março de 2011, com um Oficial Superior responsável. Esta assessoria passava por dar apoio à organização, estruturação, regulamentação e ao treino operacional. Mais tarde, o efetivo foi aumentado para mais dois militares, um Oficial Subalterno e um Sargento-Ajudante.

Portugal é o responsável pela formação pelo que houve interesse das autoridades timorenses em que o apoio após a formação, ao nível das unidades operacionais, passasse a ser também realizado por Portugal.

Esta assessoria passou a desenvolver atividades de treino operacional não só à Componente Terrestre, mas também no Comando das F-FDTL, ao nível do planeamento e preparação dos exercícios conjuntos das F-FDTL e dos exercícios combinados com forças estrangeiras.

No início houve alguns problemas devido à organização estar baseada num conceito de Guerrilha. O trabalho desenvolvido pela assessoria portuguesa revelou-se fundamental em ajudar na transformação para uma força regular, através do uso de doutrina NATO, ao nível da metodologia e procedimentos.

A assessoria portuguesa trabalhou no sentido de desenvolver a organização administrativa da Componente Terrestre e a organização operacional. O treino operacional foi igualmente alvo de alteração, passando a ser estruturado e contando com um planeamento anual integrado com as restantes componentes das F-FDTL.

Houve várias mudanças desde o início da assessoria portuguesa à Componente Terrestre, notou-se uma clara mudança no treino operacional que havia e ambos os entrevistados concordam que o trabalho desenvolvido neste âmbito foi essencial tanto para a Componente Terrestre, como para as F-FDTL.

### **6.3.2. Modelo de Treino Aplicado à Componente Terrestre das F-FDTL**

O treino operacional da Componente Terrestre é baseado no modelo de treino da Doutrina Portuguesa, com metodologias e técnicas de treino operacional standardizadas



pela doutrina NATO. Este é um treino sistematizado que começa pela identificação das tarefas táticas essenciais para o cumprimento da missão e que se encontra dividido em dois semestres. Os dois semestres de treino terminam com um exercício, sendo que um é realizado na época das chuvas e outro na época seca. Deste modo o ciclo anual encontra-se dividido, um de novembro a abril e outro de maio a outubro.

Os ciclos de treino iniciam-se sempre com uma escola preparatória de quadros aos Oficiais e Sargentos sendo de seguida supervisionado o plano de Treino aprovado. Existe ainda um apoio ao Comando e Estado-Maior na estruturação e regulamentação da Componente Terrestre. O treino operacional contribuiu para a manutenção de competências adquiridas durante o período de formação. Desta forma, o treino operacional realizado sustenta os objetivos a curto prazo do documento estratégico Força 2020.

O treino executado abrange diversas áreas, como as tarefas táticas de infantaria, educação física militar e tiro, englobando ainda estágios e palestras. As tarefas táticas são treinadas de forma sequencial e progressiva, enquanto que a execução de tiro e o treino físico militar visa aumentar a proficiência dos militares e a sua confiança, estando planeadas, por semana, cerca de três a cinco sessões de treino físico militar.

A validação do treino semestral é efetuada através dos exercícios táticos no final de cada semestre. Na época das chuvas, o COBRA é o exercício das F-FDTL; na época seca, o exercício combinado é o exercício CROCODILO, executado com os *US Marines*.

### **6.3.3. Tipo de Missões Desenvolvidas Pelas F-FDTL**

A missão da Componente Terrestre é realizar operações terrestres, conforme o Comando das F-FDTL o determinar. Deste modo é executado um treino orientado para as operações convencionais, para que a missão atribuída possa ser realizada garantindo a prontidão para o emprego no território nacional.

O treino é ainda vocacionado para o desenvolvimento de missões operacionais no âmbito da ocupação de postos de fronteira em permanência no território nacional, incluindo o enclave do Oecussi e a ilha de Ataúro. Os efetivos, nestes postos, são variáveis, sendo que já foram empenhados cerca de 180 militares em permanência e atualmente encontram-se

empenhados 120 militares.

Outra das finalidades do treino operacional, desenvolvido pela assessoria portuguesa, visa capacitar a Componente Terrestre com doutrina e valências no âmbito de operações de Apoio à Paz, para que, no futuro, possam vir a integrar missões internacionais, tanto no âmbito regional, como no âmbito global.

#### **6.3.4. Futuras Missões Internacionais e no Âmbito das Nações Unidas**

No primeiro semestre de 2012, a assessoria portuguesa procedeu à formação e treino operacional no âmbito das operações de Apoio à Paz. Este semestre visou, em particular, o treino de operações de Estabilização e a sua validação foi efetuada no exercício COBRA 12. A componente terrestre foi validada com sucesso e a prova disso foi a integração de uma Secção de Engenharia no Contingente Português no Líbano, em 2012.

Em novembro de 2013 foi iniciado outro ciclo de treino, com vista a desenvolver missões de Apoio à Paz. No final deste ciclo, em abril de 2014, o objetivo é ter uma Companhia da Componente Terrestre pronta e treinada para integrar estas missões. Este objetivo coloca-se como um desafio tanto para a assessoria portuguesa como para as F-FDTL, devido à lacuna ao nível do equipamento individual e coletivo. Para colmatar esta falha, a assessoria portuguesa programou a aquisição de equipamentos para capacitar a força nesta valência. Apesar desta falta de equipamento, o treino operacional é apenas condicionado e não limitado.

#### **6.3.5. Objetivo Final da Assessoria Portuguesa às F-FDTL**

A assessoria portuguesa segue as orientações da entidade técnica responsável pelo projeto e da DGPDN e, ao mesmo tempo, faz a coordenação com a entidade técnica responsável de Timor-Leste, que é o Comandante da Componente Terrestre. Desta forma, através do apoio ao planeamento, preparação e execução das atividades do treino operacional, visa ajudar a capacitar as F-FDTL, mais especificamente a Componente

Terrestre, para cumprir a sua missão de estar sempre pronta a ser empregue da forma e quando o comando das F-FDTL o determinar.

Ainda como objetivo final, a assessoria portuguesa deve contribuir para a organização, estruturação e regulamentação da Componente Terrestre, elevar os padrões de desempenho operacional e participar no planeamento e execução de exercícios setoriais, conjuntos e combinados.

#### **6.4. Análise e Discussão da Entrevista Bloco C**

O último bloco em análise é composto, apenas, por Oficiais timorenses, como o Adido de Defesa em Portugal, Tenente-Coronel Costa Santos, entrevistado n.º 5 (E.5), ver Apêndice H. O segundo entrevistado, (E.6), o Tenente-Coronel “Mau Buti”, ver Apêndice I, desempenhou as funções de Comandante da Componente Terrestre, de janeiro de 2002 até setembro de 2013. Por último, o entrevistado n.º 7, (E.7), Tenente-Coronel Pereira dos Santos, é o atual Comandante da Componente Terrestre, ver Apêndice J.

Este bloco conta com um guião dirigido a entidades timorenses que contactam diretamente com a assessoria portuguesa, o caso dos dois Comandantes da Componente Terrestre, e o Adido de Defesa timorense em Portugal, que veio contribuir com uma visão mais aprofundada da Componente Terrestre e das F-FDTL.

##### **6.4.1. Perspetiva da Assessoria Portuguesa**

Relativamente ao trabalho desenvolvido pela assessoria portuguesa em Timor-Leste, todos os entrevistados concordaram que esta é essencial, desde o início da formação das F-FDTL até ao presente. Destaca-se a criação de um plano de treino semestral e a implementação do processo de planeamento militar ao nível do Estado-Maior da Componente Terrestre, tanto nos exercícios realizados da série COBRA e CROCODILO e no mais recente exercício MATEBIAN, exclusivo da Componente Terrestre.

### **6.4.2. Equipamento das F-FDTL**

O equipamento é essencial à existência de Forças Armadas e há uma constante necessidade de obter equipamento qualificado. Nas F-FDTL a carência de equipamento é notória e este é classificado de insuficiente para as necessidades operacionais das F-FDTL.

A preocupação inicial das F-FDTL foi de organização da força e a sua formação, sendo que, ao nível do equipamento, só agora é que começaram a ser levantadas as necessidades nas F-FDTL.

### **6.4.3. Carências de Equipamento**

Dentro das várias componentes das F-FDTL, a que tem uma maior carência de equipamentos é a Componente Naval. A aquisição de equipamento para esta vertente foi considerada prioritária, também devido à prioridade que existe no desenvolvimento de missões ligadas à Segurança Marítima, tanto na fiscalização de fronteiras marítimas, como na cooperação com os vizinhos para a segurança regional.

Ao nível da Componente Terrestre, existe carência de equipamentos ao nível do armamento, comunicações e equipamento individual. Relativamente ao armamento, é necessário adquirir armamento coletivo. Nas comunicações verificam-se dificuldades em todos os escalões, quer seja ao nível das comunicações táticas de baixos escalões, quer ao nível das comunicações operacionais e estratégicas nos mais altos escalões. A rede de internet e de intranet são igualmente um problema.

O equipamento individual, como capacetes, mochilas individuais, cartucheiras, equipamentos para combate em áreas edificadas e coletes balísticos, é limitado.

Existem ainda alguns equipamentos, como viaturas táticas operacionais, cartas topográficas, bússolas e GPS, que também são escassos.

#### **6.4.4. Contributo das Forças Armadas Portuguesas ao Nível do Equipamento**

Após a independência, houve a necessidade de transformar a força existente, as FALINTIL, que se constituíam como uma força de Guerrilha. Para se proceder a essa transformação, foram propostos dois planos, o primeiro plano era proposto pela ONU e consistia no desaparecimento das FALINTIL passando a haver apenas uma força policial, porque, segundo a ONU, Timor-Leste era um país pequeno que não necessitava de Forças Armadas.

O segundo plano proposto pelas FALINTIL, e apoiado pelos Oficiais portugueses, consistia na transformação para uma força regular, com uma formação nova de Oficiais e Sargentos. Deste modo, em 2000-2001, o Governo Português passou a ter a responsabilidade de transformar as FALINTIL numa força regular, contribuindo com equipamentos de treino e fardamento para as formações de Oficiais e Sargentos.

Na vertente naval, Portugal procedeu à formação de Oficiais e Sargentos da Marinha e, em 2002, o Governo Português ofereceu duas Lanchas a Timor-Leste.

Em 2003, após o fim da missão da ONU, o Batalhão Português ofereceu mais de duzentas viaturas de transporte de pessoal às F-FDTL. Grande parte dos equipamentos doados por Portugal encontra-se avariada, devido à falta de gestão e de habilitações na sua utilização por parte das F-FDTL.

Atualmente, a assessoria portuguesa tem participado no levantamento das necessidades de equipamento.

#### **6.4.5. Plano Para Aquisição de Equipamento**

Timor-Leste tem um plano que contempla 405 milhões de USD para iniciativas estratégicas de investimento, tais como formação de recursos humanos, infraestruturas e equipamento. Este plano tem a duração de seis anos, o que traduz um valor médio anual de 67,4 milhões de USD.

Ao setor de Defesa são atribuídos, em média, 5,2% do montante do Orçamento Geral do Estado, sendo 3,5% atribuído às F-FDTL, num orçamento do estado que se prevê de 1,0

a 1,3 mil milhões de USD, por ano. No entanto, o governo timorense poderá aumentar as verbas do Orçamento da Defesa para valores de 52 a 65 milhões de USD.

Em suma, o investimento ao nível do equipamento só depende da vontade expressa pelas autoridades timorenses.

## Conclusões e Recomendações

### Introdução

Chegado ao fim do trabalho, surge esta nova etapa, em que se irão verificar as hipóteses definidas inicialmente, assim como averiguar se os objetivos propostos foram cumpridos. Vai-se proceder à resposta às Perguntas Derivadas e à Pergunta Central, terminando com uma abordagem às limitações da investigação e propostas para investigações futuras.

### Cumprimento dos Objetivos

A uma sequência lógica do trabalho, ao nível de toda a Revisão da Literatura efetuada e do trabalho de campo realizado, na sua essência constituído por entrevistas, junta-se a resposta às Perguntas Derivadas e à Pergunta de Partida e a validação e refutação das hipóteses levantadas, contribuindo assim para o cumprimento dos dois tipos de objetivos definidos inicialmente, Objetivo Geral e Objetivos Específicos.

### Resposta às Perguntas Derivadas

Ao responder a cada uma das Perguntas Derivadas, cumprimos todos os Objetivos Específicos estabelecidos inicialmente.

Relativamente à primeira Pergunta Derivada, **“Qual a importância para a Política Externa Portuguesa da Cooperação Técnico-Militar?”**, a resposta surge no encadeamento do trabalho através da revisão da literatura executada e das respostas obtidas nas entrevistas do Bloco A. A Política Externa Portuguesa é uma parcela importante na atividade política do Estado, sendo a cooperação um dos pilares dessa política, ao nível da cooperação bilateral ou multilateral. As Forças Armadas atuam como um instrumento de

apoio da mesma. As missões de CTM, desenvolvidas pelas Forças Armadas, contribuem para o prestígio de Portugal e garantem-lhe uma maior visibilidade internacional. Além do mais, reforçam os laços afetivos e culturais com os países cooperantes, contribuindo ainda para o desenvolvimento, projeção e afirmação da Língua portuguesa.

Para a segunda pergunta, **“Quais as atividades que são realizadas ao nível da formação?”**, pode afirmar-se, pelas respostas obtidas nas entrevistas do Bloco B, que o trabalho da assessoria portuguesa se centra no treino operacional das F-FDTL. No que respeita ao treino, este é estruturado em períodos semestrais, que culminam com um exercício tático, e abrange áreas diversas, como tarefas táticas de infantaria, educação física militar e tiro. Cada ciclo semestral tem como objetivo treinar uma operação em particular, tendo a assessoria portuguesa introduzido o treino vocacionado para as Operações de Apoio à Paz com vista à participação das F-FDTL numa força internacional.

Por fim a última pergunta, **“Os meios atuais condicionam o treino operacional das F-FDTL?”**, é respondida através da análise das entrevistas do Bloco B e do Bloco C, donde se concluiu que a carência de meios e equipamentos – armamento, equipamento individual, transmissões, viaturas táticas e outros equipamentos militares – condiciona não só o treino, como também a execução de missões.

## Verificação das Hipóteses

Inicialmente foram deduzidas hipóteses para cada uma das Perguntas Derivadas, passando-se, de seguida, à verificação das mesmas.

A primeira hipótese, **“As missões de CTM são hoje em dia essenciais para Portugal, já que contribuem para a cooperação bilateral e multilateral no âmbito da segurança e defesa com os Estados membros da CPLP”**, foi confirmada ao longo do segundo Capítulo e também através das entrevistas do Bloco A. No segundo Capítulo da Revisão de Literatura é evidenciado que a política de cooperação, onde se insere a CTM, é um vetor essencial da política externa. A CTM efetua-se através de acordos bilaterais com os PALOP e Timor-Leste e multilaterais com a CPLP, sendo estes acordos referentes à segurança e defesa. Isto é corroborado pelas entrevistas do Bloco A, em que os entrevistados



fazem referência à importância das missões de CTM para Portugal e o esforço desenvolvido neste âmbito.

A segunda hipótese, **“Missões desse carácter remetem-nos para a continuidade do esforço desenvolvido na construção do Estado timorense, bem como para o prestígio internacional de Portugal”**, é confirmada pelas entrevistas do Bloco A. Os entrevistados afirmaram que o esforço desenvolvido por Portugal, e que conduziu à independência de Timor-Leste, deve ter continuidade na construção e consolidação do Estado timorense, e que o trabalho da assessoria portuguesa tem contribuído determinadamente para o reconhecimento internacional de Portugal.

A terceira hipótese, **“Os militares portugueses destacados em Timor-Leste, no âmbito da CTM, desenvolvem o treino operacional das forças sobre matérias tais como operações defensivas, operações ofensivas, operações de resposta à crise, entre outras, para que as F-FDTL fiquem aptas a executar missões desta natureza”**, é confirmada pelas entrevistas do Bloco B. Os entrevistados, como responsáveis pela assessoria ao nível do treino operacional da Componente Terrestre, afirmam que o treino operacional é dividido em ciclos semestrais, cada um vocacionado para o treino de uma missão específica, que vão desde o treino de operações convencionais, a operações de Apoio à Paz. No final de cada ciclo de treino é realizado um exercício tático, de forma a validar a força para a execução das operações treinadas ao longo desse ciclo.

Por último, a quarta hipótese, **“Os atuais meios existentes nas F-FDTL condicionam o treino operacional na medida em que estes se encontram inadequados e são insuficientes às necessidades e às especificações da força e das missões**, é validada pelas entrevistas do Bloco B e C. Relativamente aos meios e equipamentos, o E.4 afirma que existe uma lacuna ao nível dos meios, o que condiciona o treino operacional da força. No Bloco B, os entrevistados reconhecem que há uma carência de equipamentos e meios, considerando que estes são insuficientes para as necessidades operacionais das F-FDTL. O problema é reconhecido e existem esforços no sentido de o solucionar. Mas, como vários entrevistados afirmam, o problema apenas condiciona o treino operacional das F-FDTL, mas não o limita.

## **Resposta à Pergunta de Partida**

Com base no trabalho realizado, quer ao nível da Revisão da Literatura, quer ao nível do trabalho de campo, torna-se possível responder à Pergunta de Partida, “**Qual o contributo do Exército Português na formação das F-FDTL ao nível da sua Componente Terrestre?**”. O Exército Português contribuiu para a formação das F-FDTL através das missões de CTM. Dentro destas existem vários Projetos destinados a apoiar uma área específica, sendo o Projeto n.º 5 o que apoia o treino da Componente Terrestre. Neste âmbito, o trabalho da assessoria portuguesa revelou-se fundamental uma vez que as F-FDTL passaram recentemente por um processo de transformação. Os militares portugueses implementaram um programa de treinos com base na doutrina portuguesa e na doutrina NATO.

As F-FDTL, antes da assessoria portuguesa começar, tinham uma organização baseada num conceito de Guerrilha. A assessoria portuguesa não se limitou a criar um programa de treinos. A estrutura e organização foram igualmente desenvolvidas e melhoradas. Houve, igualmente, um apoio ao Comando das F-FDTL a nível do planeamento e da preparação dos exercícios.

Este apoio capacitou as F-FDTL a desenvolver Operações de Apoio à Paz e permitiu-lhe a integração em forças internacionais. Consequência disso foi a integração de doze militares no Contingente Português no Líbano em 2012.

No essencial, Portugal, e mais especificamente o Exército Português, tornou-se uma ajuda importante para as F-FDTL, contribuindo diretamente para uma evolução significativa ao nível da operacionalidade e da organização estrutural.

## **Limitações da Investigação**

Quando este tema foi pensado, desde logo se percebeu que iria haver uma certa dificuldade em relação às entrevistas que iriam ser aplicadas. A vontade era aplicar entrevistas a vários Oficiais das F-FDTL, mas, para tal ser executado, teria de haver uma deslocação a Timor-Leste, o que não foi de todo possível. Assim, as entrevistas realizadas

aos Oficiais timorenses, e constantes no Bloco C de entrevistas, foram todas executadas por correio eletrónico.

Outro aspeto que limita a investigação prende-se com o facto de os alunos da Academia Militar disporem de uma unidade curricular, que visa dar umas noções de como se realiza uma investigação, apenas no 2º semestre do 4º ano. Esta deveria ser lecionada mais cedo, de forma a auxiliar os alunos nas primeiras fases da investigação.

### **Propostas de Investigações Futuras**

A CTM com Timor-Leste foi renovada recentemente, com a assinatura do novo PQ em fevereiro de 2014. Este aspeto, por si só, é um indicador que a CTM com Timor-Leste é uma área que tem um futuro credível e crescente.

Este trabalho centrou-se ao nível do apoio à Componente Terrestre no Projeto n.º 5, sendo que no PQ constam mais Projetos que podem ser alvo de investigação.

Um tema que poderia ser alvo de estudo prende-se com o apoio ministrado por Portugal ao nível da formação de quadros em Timor-Leste, o Projeto n.º 4, ou o Projeto n.º 7, que contempla a formação em Portugal.

## Bibliografia

- 1BIMec. (04 de dezembro de 2012). *Projecto nº5 da Cooperação Técnica Militar*. Obtido em 20 de fevereiro de 2014, de Exército: <http://www.exercito.pt/sites/1BIMec/Noticias/Paginas/33.aspx>
- Academia Militar. (2013). *NEP 520/2ª/29ABR13/AM*. Lisboa: Academia Militar.
- Aranha, G. (1994). Cooperação Técnico-Militar, Uma das Vertentes Externas da Política de Defesa Nacional. *Nação e Defesa*, N.º72, pp. 15-68.
- Assembleia da República. (2003). *Acordo de Cooperação Técnico-Militar entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste*. Lisboa.
- Assembleia da República. (31 de dezembro de 2012). Grandes Opções do Plano Para 2013. *Diário da República*, 1.ª série - N.º 252, p. 7424.
- Assembleia da República. (5 de abril de 2013). Conceito Estratégico de Defesa Nacional. *Diário da República*, 1.ª série - N.º 67, pp. 1981-1995.
- Canotilho, J., & Moreira, V. (2008). *Constituição da República Portuguesa* (8ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Carvalho, J. E. (2009). *Metodologia do Trabalho Científico «Saber-Fazer» da investigação para dissertações e teses* (2ª ed.). Lisboa: Escolar Editora.
- Cavaleiro, A., Azevedo, G., & Calmeiro, L. (2004). *O Exército Português em Timor-Leste*. Lisboa: SecCoopMilAl/GabCEME.
- Dias, C. M. (2012). Enquadramento Geopolítico. *Timor-Leste: Contributo de Portugal Para a Constituição do Estado* (pp. 19-42). Lisboa: Academia Militar.
- Duarte, S. A. (abril de 2011). A Cooperação Técnico-Militar Portuguesa. *Revista Militar*, pp. 537-555.
- Figueiredo, L. (dezembro de 2011). As Operações de Apoio à Paz e a Cooperação Técnico-Militar Portuguesa. *IDN Brief*, pp. 2-9.
- Fontoura (coord.), L. (2013). *Segurança e Defesa Nacional - Um Conceito Estratégico*. Coimbra: Almedina.
- Fortin, M.-F. (2009). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização* (5ª ed.). Loures: Lusociência.

- Freixo, M. J. (2011). *Metodologia Científica - Fundamentos Métodos e Técnicas* (3º ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Gaspar, C. (2012). O Processo Político para a Independência de Timor-Leste. *Timor-Leste: Contributo de Portugal Para a Constituição do Estado* (pp. 43-50). Lisboa: Academia Militar.
- Gomes, G. S. (1990). A Política Externa e a Diplomacia Numa Estratégia Nacional. *Nação e Defesa*, N.º 56, pp. 55-76.
- Governo de Portugal. (4 de abril de 2012). Portaria n.º 94/2012. *Diário da República*, 1.ª série - N.º 68, pp. 1724-1725.
- Governo de Timor-Leste. (2006). *Força 2020*. Díli.
- Governo de Timor-Leste. (2011). *Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030*. Díli.
- Hermenegildo, R. S. (2012). *A Política Externa de Portugal para a PESC: O Caso de Timor-Leste*. Aveiro: Mare Liberum.
- MDN-DGPDN. (16 de janeiro de 2006). Orientação Estratégica Para a Cooperação Militar. *Ofício n.º 119*.
- Nicau, R., Junqueira, J., & Pires, R. (2009). *O Exército nos trilhos da Cooperação*. Lisboa: Prefácio.
- Oliveira, M. (2005). *Como fazer Projetos, Relatórios, Monografias, Dissertações e Teses* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Presidência do Conselho de Ministros. (22 de dezembro de 2005). Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa. *Diário da República - I Série-B N.º 244*, pp. 7180-7201.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5º ed.). Lisboa: Gradiva.
- Reis, F. (2010). *Como elaborar uma dissertação de Mestrado segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.
- Rodrigues, R. (março de 2013). Exercício Cobra 13- Cooperação Militar com Timor-Leste. *Jornal do Exército*, pp. 16-17.
- Secretário de Estado da Defesa. (2011). *Diretiva para o Plano de Desenvolvimento da Força*. Díli.
- SED-GAB Força 2020. (2009). *Conceito de Emprego das Forças Armadas*. Díli.

Teixeira, N. (Dezembro de 2010). Breve Ensaio Sobre a Política Externa Portuguesa.  
*Relações Internacionais*, pp. 51-60.

## **Apêndices**

**Apêndice A**  
**Guião de Entrevista aos Militares Portugueses Responsáveis pela**  
**Cooperação Técnico-Militar**

Caracterização dos Entrevistados:

Nome:

Posto:

Unidade:

Função:

Data:

Local:

Questões:

1. Na sua perspetiva, o trabalho desenvolvido pela assessoria portuguesa é essencial para o desenvolvimento das F-FDTL?
2. Qual a sua perspetiva, ao nível estratégico das missões de Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de Timor-Leste?
3. Na sua perspetiva, de que forma estas missões contribuem para o prestígio internacional de Portugal?
4. No contexto dos países da CPLP, Portugal tem desenvolvido, ao longo dos últimos anos, missões de Cooperação Técnico-Militar, estrategicamente qual a importância que Portugal atribui às missões de Cooperação Técnico-Militar?
5. Numa perspetiva de necessidade e solicitação das autoridades timorenses, bem como dos interesses de Portugal, entende que esta missão de Cooperação Técnico-Militar, ainda se pode desenvolver por muitos mais anos?



## **Apêndice B**

### **Guião de Entrevista aos Diretores de Projeto**

Caracterização dos Entrevistados:

Nome:

Posto:

Unidade:

Função:

Data:

Local:

Questões:

1. Na sua perspetiva, o trabalho desenvolvido pela assessoria portuguesa é essencial para o desenvolvimento das F-FDTL, nomeadamente ao nível da Componente Terrestre?
2. Como responsável pela assessoria do treino operacional da Componente Terrestre das F-FDTL que modelo de treino é aplicado?
3. O treino operacional desenvolvido tem como fim capacitar a Componente Terrestre das F-FDTL a desenvolver que tipo de missões?
4. Considera que no futuro as F-FDTL estejam aptas a desenvolver missões de manutenção de paz inseridas no âmbito da Organização das Nações Unidas? E a projetar forças para outros teatros de operações?
5. Qual é o objetivo final da assessoria portuguesa às F-FDTL?

## **Apêndice C**

### **Guião de Entrevista aos Militares das F-FDTL**

Caracterização dos Entrevistados:

Nome:

Posto:

Unidade:

Função:

Data:

Local:

Questões:

1. Na sua perspetiva, o trabalho desenvolvido pela assessoria portuguesa é essencial para o desenvolvimento das F-FDTL, nomeadamente ao nível da Componente Terrestre?
2. No seu entender, o equipamento existente é o suficiente para dar resposta às necessidades operacionais das F-FDTL?
3. Quais são as vertentes que têm mais carência de equipamento?
4. As Forças Armadas Portuguesas têm contribuído para superar estas carências em equipamento?
5. As F-FDTL têm um plano de ação a longo prazo para adquirir equipamentos militares no âmbito da capacitação operacional das forças?

## **Apêndice D**

### **Entrevista n.º1**

Caracterização do Entrevistado:

Nome: José Manuel Ministro Ribeiro da Costa

Posto: Capitão-de-Mar-e-Guerra

Unidade: EMGFA

Função: Adido de Defesa em Díli

Data: 05/03/14

Local: Díli

Questões:

**1. Na sua perspetiva, o trabalho desenvolvido pela assessoria portuguesa é essencial para o desenvolvimento das F-FDTL?**

*“Mais do que essencial, é absolutamente vital; emparedado entre duas potências da região (Austrália e Indonésia) que, pese embora “ofereçam cooperação” às F-FDTL, têm interesses político-estratégicos contrários ao desenvolvimento das F-FDTL como uma força moderna e operacional, resta a Timor-Leste o apoio de países fora daquele contexto político-estratégico e com capacidade, como é o caso sobretudo de Portugal.”*

**2. Qual a sua perspetiva, ao nível estratégico das missões de Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de Timor-Leste?**

*“Ao nível estratégico a CTM com Timor-Leste representa em primeiro lugar a solidariedade com o país que faz parte da nossa Comunidade e que necessita da nossa ajuda, embora não se possa negligenciar as oportunidades de negócio na Indústria de Defesa; por fim, acaba também por significar o exercício de influência estratégica de Portugal além-fronteiras, quer seja no campo da doutrina militar, ou mesmo na própria expansão e afirmação da Língua e Cultura Portuguesas.”*

**3. Na sua perspetiva, de que forma estas missões contribuem para o**

**prestígio internacional de Portugal?**

*“O simples facto de cá estarmos e de nos ser reconhecido qualidade e profissionalismo no trabalho desenvolvido traz sempre, naturalmente, algum prestígio; contudo, o reduzido número de intervenientes internacionais no terreno e a própria dimensão e menor mediatização do país, limita o alcance desse prestígio.”*

**4. No contexto dos países da CPLP, Portugal tem desenvolvido, ao longo dos últimos anos, missões de Cooperação Técnico-Militar, estrategicamente qual a importância que Portugal atribui às missões de Cooperação Técnico-Militar?**

*“Tal como referido em 2., a CTM concorre para vários objetivos, os quais são basicamente transversais a todos os países CTM, mas que têm naturalmente diferentes pesos conforme o país. Resumindo, a pertença comum a uma comunidade, onde os seus membros são solidários e cooperam entre si, a Indústria de Defesa, a influência estratégica de Portugal e da Língua Portuguesa.”*

**5. Numa perspetiva de necessidade e solicitação das autoridades timorenses, bem como dos interesses de Portugal, entende que esta missão de Cooperação Técnico-Militar, ainda se pode desenvolver por muitos mais anos?**

*“Pese embora o esforço que tem sido feito, Timor-Leste ainda se encontra no início da sua caminhada que se quer para um país moderno e evoluído; Timor-Leste é um país jovem, onde faltam quadros-médios e superiores que permitam sustentar aquela caminhada. As Forças Armadas de Timor-Leste não estão diferentes; se pensarmos por exemplo que não existe uma Academia Militar em Timor-Leste, que o IDN de Timor-Leste (pensamento estratégico) foi criado há pouco mais de um ano, e que não existe qualquer agência ou entidade com carácter científico dentro das Forças Armadas; e sabendo os anos que são necessários não só para formar oficiais de carreira, mas também para edificar e consolidar as infraestruturas necessárias ao desenvolvimento do conhecimento científico e organizacional dentro de umas Forças Armadas, existe matéria para a cooperação por muitos e longos anos.”*

## **Apêndice E**

### **Entrevista n.º2**

#### Caracterização do Entrevistado:

Nome: João Carlos Afonso Ribeiro Fernandes

Posto: Tenente-Coronel de Infantaria

Unidade: MDN/DGPDN

Função: Gestor de Programa (Timor-Leste e Moçambique)

Data: 24/02/14

Local: MDN/DGPDN

#### Questões:

#### **1. Na sua perspetiva, o trabalho desenvolvido pela assessoria portuguesa é essencial para o desenvolvimento das F-FDTL?**

*“Para que exista progresso sustentável de um país, considero essencial não só ter em conta a necessidade de segurança para que sejam criadas condições favoráveis ao crescimento de um país, assim como é fundamental reforçar o apoio ao desenvolvimento para que não se fomentem situações de insegurança, nesse sentido o trabalho desenvolvido pela assessoria portuguesa representa um valor acrescentado, na medida em que contribui para a estabilização da segurança através do desenvolvimento de umas F-FDTL sustentáveis.*

*Importa realçar que na base do sucesso das atividades inerentes ao desenvolvimento dos vários Projetos de CTM, está um conjunto de princípios fundamentais, desenvolvidos ao longo dos vários anos de presença em Timor-Leste, como o respeito mútuo, confiança, abertura e convivência, não só ao nível institucional mas também de execução, que muito têm contribuído para o êxito da cooperação Luso - Timorense.*

*Como resultados concretos e tendo por base o Acordo de Cooperação, já foram aprovados 4 Programas-Quadro, iniciando-se em 2014 o quarto destes instrumentos de cooperação. No âmbito dos Programas-Quadro, considero que Portugal tem contribuído para a modernização do Sector de Defesa promovendo e apoiando a adequação do quadro*

*legal, dos recursos humanos e materiais, preparando, assim, as F-FDTL para novas missões orientadas de acordo com novos quadros de referência. Estas intervenções têm sido desenvolvidas essencialmente através de assessorias junto das Estruturas Superiores da Defesa, e institucionais junto do Ministério da Defesa Nacional, EMGFA e das Componentes das F-FDTL.* “

## **2. Qual a sua perspetiva, ao nível estratégico das missões de Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de Timor-Leste?**

*“São quatro as palavras apresentados pela nova visão estratégica para a cooperação: Língua, Mar, Parcerias e Conetividade. Não obstante algumas tentativas lançadas durante o percurso, é inevitável reconhecer que a CTM procura ainda um modelo que assente na sustentabilidade e autonomização dos projetos e assessorias o que só será possível através da corresponsabilização do país parceiro, tendo em conta a natureza bicéfala dos projetos de cooperação. Assim como perspetiva, importa reter os seguintes princípios orientadores 1, que têm sido introduzidos através da nova metodologia de negociação dos novos Programas-Quadro designadamente no de Timor-Leste 2014-2016:*

*1 Extraídos do documento: Para além da CTM: Ajustando o modelo a uma nova visão*

- a. Prioridade à implementação do PEMPOR;*
- b. Valorizar a Língua Portuguesa nos PALOP e Timor-Leste, incentivando e estimulado o seu ensino e uso para além do espaço lusófono;*
- c. Reforçar a coesão e integração vertical do dispositivo e melhorar a coordenação horizontal dos projetos/assessorias no terreno pela criação dos Núcleos Conjuntos de Coordenação (NCC);*
- d. Reforçar, numa Lógica mais “conjunta”, o apoio à Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas de Defesa dos países-parceiros;*
- e. Desenvolver os projetos e atividades na área da capacitação de recursos humanos através da formação de excelência nos Estabelecimentos de Ensino Militar, criando programas de valorização contínua dos formandos ao longo da vida;*
- f. Desenvolver e reforçar os projetos e atividades do “cluster” marítimo;*
- g. Introduzir novos parceiros e “stakeholders” que potenciem as nossas valências*

*não-militares no âmbito da Defesa, nomeadamente no domínio da Saúde Militar;*  
*h. Melhorar o sistema de controlo e avaliação dos projetos e assessorias.”*

**3. Na sua perspetiva, de que forma estas missões contribuem para o prestígio internacional de Portugal?**

*“A CTM materializa simultaneamente um vetor do desenvolvimento e um elemento fundamental das medidas de consolidação dos sistemas democráticos dos países beneficiários, apoiando polos de desenvolvimento económico e social, através da formação de quadros e da reabilitação de estruturas, e constituindo-se como elemento estabilizador do sistema de transição ou consolidação democrática.*

*O sector da Defesa em Timor-Leste tem sido considerado como uma área sensível dado o papel que tem assumido nos acontecimentos que marcaram a vida naquele país, sendo consensual a importância das F-FDTL e da sua reestruturação na estabilidade daquele país com o apoio da comunidade internacional.*

*Acresce que a Cooperação Portuguesa constitui um dos pilares da política externa portuguesa e um instrumento na relação de Portugal com o mundo, refletindo-se sobretudo num relacionamento preferencial com os países de língua oficial portuguesa, onde se inclui Timor-Leste.*

*A CTM, como instrumento da Política Externa Portuguesa, visa apoiar a constituição de FA nacionais apartidárias, num cenário democrático e de subordinação ao poder político, como elemento pacificador e garante da segurança, da estabilidade política, do bem-estar das populações e, consequentemente, do desenvolvimento económico e social sustentado dos PALOP e de Timor-Leste.*

*A ação da CTM não se esgotando no domínio estritamente militar, assegura o estreitamento do relacionamento secular com os diferentes países, fomenta a cooperação noutras áreas de interesse e contribui para a projeção do prestígio internacional de Portugal.”*

**4. No contexto dos países da CPLP, Portugal tem desenvolvido, ao longo dos últimos anos, missões de Cooperação Técnico-Militar, estrategicamente qual a importância que Portugal atribui às missões de Cooperação Técnico-Militar?**

*“A CTM Portuguesa, cooperação essencialmente bilateral (Portugal com cada um dos PALOP e Timor-Leste), desenvolve-se também ao nível multilateral, no quadro da CPLP desde 2002, por via da inclusão, no 3.º art. dos Estatutos da CPLP, da Componente da Cooperação no domínio da Defesa.*

*O apoio que Portugal tem dado ao desenvolvimento e à integração dos PALOP e de Timor-Leste nas dinâmicas da globalização, representa um capital importante para Portugal, não só pelo carácter biunívoco das vantagens decorrentes destas ações, mas também como uma das faces visíveis do esforço de rentabilização da cooperação.”*

**5. Numa perspetiva de necessidade e solicitação das autoridades timorenses, bem como dos interesses de Portugal, entende que esta missão de Cooperação Técnico-Militar, ainda se pode desenvolver por muitos mais anos?**

*“A esta questão respondo-te com as declarações dos dois Ministros da Defesa (Portugal e Timor-Leste), em 05 de fevereiro do corrente ano, a quando da assinatura do PQ 2014-2016, para que possas tirar as tuas ilações.*

*“O Programa que assinamos hoje é a continuação de uma cooperação que tem como ativo estratégico mais importante o reforço da confiança e da cooperação humana”, são palavras do Ministro da Defesa português, durante uma conferência de imprensa, no Forte de S. Julião da Barra, em Oeiras, após a assinatura do documento em 05 de fevereiro de 2014.*

*Xanana Gusmão referiu também que, para além da assinatura do novo Programa-quadro, foi ainda discutida a possibilidade de alargamento da Cooperação Técnico-Militar com vista a uma melhor preparação para “os futuros desafios do mundo globalizado”.*

*Futuros desafios que Xanana Gusmão diz serem a formação e o desenvolvimento das capacidades tecnológicas. “Hoje em dia temos muitas formas de ameaças. Somos uma ilha e estamos cercados e tudo o quanto Portugal nos possa ajudar a preparar os nossos recursos humanos em termos de capacitação, de domínio da tecnologia e de sermos capazes de olhar para a defesa do território sem magoar outros, esse é que é o futuro que nos vai apontar um caminho conjunto com Portugal”.*

*Para além das palavras apresentadas arriscaria dizer que quanto ao futuro e continuidade da Cooperação Técnico-Militar em Timor - Leste, ela está inteiramente*



*relacionada com a vontade expressa pelas autoridades timorenses.”*

## Apêndice F

### Entrevista n.º3

#### Caracterização do Entrevistado:

Nome: Samuel Batista Jesus

Posto: Major

Unidade: 1BIMec/BrigMec

Função: Oficial de Operações

Data: 13/03/14

Local: Santa Margarida

#### Questões:

- 1. Na sua perspetiva, o trabalho desenvolvido pela assessoria portuguesa é essencial para o desenvolvimento das F-FDTL, nomeadamente ao nível da Componente Terrestre?**

*“O projeto iniciou-se em março de 2011 conforme o PQ assinado entre Timor Leste e Portugal. Existia grande interesse por parte das F-FDTL na assessoria portuguesa à Componente Terrestre, no apoio à organização, estruturação, regulamentação e apoio ao treino operacional. A assessoria na formação é feita na sua essência por Portugal, pelo que existia o interesse que o apoio após a formação, nomeadamente nas unidades operacionais, fosse também efetuado por nós. O projeto iniciou-se com um único elemento mas rapidamente foi identificada a necessidade de aumento de efetivo tanto na assessoria permanente bem como no âmbito da assessoria temporária. No início do projeto, ao nível dos pequenos escalões não existia a perceção de que é essencial que a força se mantenha em permanente treino operacional, entre a execução de missões, de forma a estar pronta ao cumprimento das solicitações superiores. A organização implementada carecia de muitos ajustes por forma a se adequar às necessidades operacionais. Essencialmente a organização era baseada num conceito de Guerrilha. O permanente apoio desde o escalão secção até ao escalão Batalhão no apoio ao Comando e EM revelou-se fundamental pelas dificuldades encontradas e pelas solicitações apresentadas pela Componente Terrestre.*

*Considero essencial para o desenvolvimento da Componente Terrestre e subsequentemente para as F-FDTL o trabalho desenvolvido pela assessoria portuguesa.”*

## **2. Como responsável pela assessoria do treino operacional da Componente Terrestre das F-FDTL que modelo de treino é aplicado?**

*“O treino operacional é sistematizado através da identificação das tarefas táticas essenciais para o cumprimento da missão, em todo o espectro das operações, através de ciclos de treino divididos em semestres.*

*Os ciclos de treino coletivo e operacional iniciam-se com uma Escola Preparatória de Quadros aos Oficiais e Sargentos da Componente seguidos da supervisão da execução do Plano de Treino aprovado. Concomitantemente, é efetuado o apoio ao Comando e Estado-maior da Componente na estruturação e regulamentação da Componente Terrestre. Desejavelmente, o treino operacional realizado, contribui para a manutenção de competências adquiridas no período de formação inerentes ao desempenho de funções essenciais, no contexto de umas Forças Armadas atuais que Timor-Leste pretende desenvolver. Nesse sentido, existe a intenção de que o treino operacional realizado e, a realizar, na Componente Terrestre, sustente os objetivos a curto prazo da “FORÇA 2020”. Assim, dos domínios do treino coletivo visados destacam-se os seguintes: tarefas táticas de Infantaria, Educação Física Militar e Tiro, os quais funcionam de acordo com a respetiva fase do ciclo de instrução e comportam todo o treino operacional necessário para o desempenho de funções relativas a cada militar. O treino operacional engloba, ainda, estágios e palestras numa contínua e permanente preparação militar para o cumprimento das missões atribuídas pelo escalão superior.*

*O treino de tarefas táticas foi implementado através da execução das atividades de treino de uma forma sequencial e progressiva de acordo com as tarefas consideradas prioritárias. Este foi integrado com a execução de tiro e treino físico militar, tendo em vista o aumento da proficiência dos militares da Componente Terrestre e a melhoria da sua confiança.*

*No planeamento de atividades semanais estiveram incluídas 3 a 5 sessões de treino físico de aplicação militar, as quais consistiam em sessões de Ginástica de Aplicação Militar, de Treino em Circuito, de Corrida de Botas, de Marcha e Corrida (MARCOR) e de*

*Marcha Forçada. Foi, também, incentivada a prática desportiva de recreação como uma opção possível para a ocupação dos tempos livres e, como parte integrante do desenvolvimento harmonioso de cada militar. No âmbito dessas atividades destaca-se a participação da Componente Terrestre das F-FDTL com uma equipa, de 9 elementos, na terceira Maratona Internacional de Díli. Este foi o maior evento de desporto individual na história de Timor-Leste com 8052 participantes. Participaram nesta prova uma mistura eclética de atletas timorenses e internacionais. Todos os elementos da equipa da Componente Terrestre terminaram a prova, tendo obtido o quarto lugar na maratona e o posicionando três atletas nos trinta primeiros lugares da meia maratona.*

*A validação do treino operacional foi efetuada através da realização de exercícios táticos, dos quais se destacam os exercícios conjuntos e exercícios combinados da série COBRA e CORCODILO.”*

**3. O treino operacional desenvolvido tem como fim capacitar a Componente Terrestre das F-FDTL a desenvolver que tipo de missões?**

*“O treino operacional foi sistematizado através da identificação das tarefas táticas essenciais para o cumprimento da missão, em todo o espectro das operações.”*

**4. Considera que no futuro as F-FDTL estejam aptas a desenvolver missões de manutenção de paz inseridas no âmbito da Organização das Nações Unidas? E a projetar forças para outros teatros de operações?**

*“Considero que sim, foi efetuada formação e treino operacional no âmbito das Operações de Apoio à Paz. O primeiro Semestre de 2012 visou as operações de Estabilização e a validação foi efetuada pelo Exercício COBRA 12. Foi revelada pela estrutura da Componente Terrestre capacidade na realização deste tipo de missões. Existiu por parte do Comando das F-FDTL preocupação no materializar essa capacidade. Em 2012 uma Secção de Engenharia integrou o Contingente Nacional no Líbano. “*

**5. Qual é o objetivo final da assessoria portuguesa às F-FDTL?**

*“No âmbito do Projeto n.º5, apoio ao planeamento, preparação e execução das atividades, associadas ao permanente treino coletivo e operacional de tarefas táticas, com*

*o objetivo de contribuir para os efeitos seguintes: aperfeiçoar a prontidão para o cumprimento das missões atribuídas pelo comando das F-FDTL; obtenção de uma exigente proficiência técnica necessária à realização dos exercícios conjuntos e combinados, bem como, para a preparação de futuras missões.”*

## **Apêndice G**

### **Entrevista n.º4**

#### Caracterização do Entrevistado:

Nome: Rui Manuel Afonso Rodrigues

Posto: Major de Infantaria

Unidade: Brigada Mecanizada (1ºBIMec)

Função: Diretor Técnico do Projeto Nº5 CTM Timor-Leste, Apoio à Componente Terrestre das Falintil – Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) desde 02NOV12 até MAI14

Data: 04/03/14

Local: Baucau (Timor-Leste)

#### **Questões:**

- 1. Na sua perspetiva, o trabalho desenvolvido pela assessoria portuguesa é essencial para o desenvolvimento das F-FDTL, nomeadamente ao nível da Componente Terrestre?**

*“A assinatura do primeiro Acordo Quadro de Cooperação entre a Republica Portuguesa e a Republica Democrática de Timor-Leste em 20 de maio de 2002, ao longo destes últimos 12 anos, têm sido desenvolvidas várias ações de assessoria para desenvolver e capacitar as F-FDTL ao nível da sua organização da formação e do treino operacional.*

*Na Componente Terrestre a assessoria iniciou-se apenas em março de 2011, inicialmente com um Oficial Superior (Major) e posteriormente com o reforço de um Oficial Subalterno e um Sargento-ajudante.*

*A Assessoria portuguesa á Componente Terrestre, desde o seu início, tem vindo a desenvolver atividades de treino operacional não só na Componente Terrestre, mas também no Comando das F-FDTL, nomeadamente no planeamento e preparação dos exercícios conjuntos das F-FDTL e dos exercícios combinados com forças estrangeiras como os US Marines.*

*Ao longo destes 3 anos de presença da assessoria Portuguesa na Componente*

*Terrestre posso referir que foi fundamental o trabalho desenvolvido no âmbito da organização administrativa da Componente Terrestre, da organização operacional, do treino desenvolvido e estruturado com planeamento anual integrado com as restantes componentes das F-FDTL e ainda fundamental e crucial na execução e participação nos exercícios no final de cada um dos ciclos de treino.*

*Posso com toda a certeza afirmar neste momento que, o trabalho desenvolvido pela assessoria Portuguesa ao longo destes 3 anos de existência do Projeto está altamente considerado e reconhecido pelo comando da Componente Terrestre e pelo comando das F-FDTL e que, o seu trabalho, foi e é fundamental para o desenvolvimento das capacidades operacionais da Componente Terrestre, para a organização integrada da força e para a capacitação operacional de uma força regular com doutrina NATO, utilizando metodologia e procedimentos standard que lhe garantirá no futuro uma capacidade de cumprir a sua missão fundamental que é estar preparada para garantir a soberania do seu território.*

*O treino operacional implementado pela assessoria, além do treino em operações convencionais tem também como objetivo capacitar as F-FDTL com treino de Operações de apoio à paz, de forma a capacitar as forças para que possa integrar missões no âmbito internacional dentro das organizações em que o País está integrado.”*

## **2. Como responsável pela assessoria do treino operacional da Componente Terrestre das F-FDTL que modelo de treino é aplicado?**

*“Como referencia, o modelo de treino que é aplicado é o da Doutrina Portuguesa com as suas metodologias e técnicas de treino operacional estandardizadas pela doutrina NATO.*

*O treino está orientado em ciclos de 6 meses (semestral), isto porque o Major-General CEMGFA de Timor-Leste definiu que teria que existir dois exercícios anuais, sendo que um na época das chuvas e outro na época seca. Face a esta decisão, adaptamos os ciclos de treino á intenção e neste momento estão divididos em dois ciclos anuais, um de novembro a abril e outro de maio a outubro.*

*O treino tem incidido fundamentalmente em cada um dos ciclos nas operações defensivas, operações ofensivas, operações de guerrilha, operações de apoio à paz e que culminam sempre com um exercício da Componente Terrestre (MATEBIAN) e com um*

*exercício das F-FDTL (COBRA). O ciclo de treino na época seca (maio a outubro) integra com regularidade um exercício combinado com forças dos US Marine.*

*No ciclo de treino da época das chuvas (novembro a abril) integramos o tiro instintivo e de combate para todos os militares da Componente Terrestre.”*

### **3. O treino operacional desenvolvido tem como fim capacitar a Componente Terrestre das F-FDTL a desenvolver que tipo de missões?**

*“A missão da Componente Terrestre é: “A Componente Terrestre realiza operações terrestres e executa treino de forma a estar permanentemente pronta a ser empregue conforme o Comando das F-FDTL o determinar”.*

*Face á missão atribuída, o espetro operacional que a Componente Terrestre tem que estar pronta e treinada está orientado para as capacidades da força e para o seu provável emprego operacional. Desta forma o treino está orientado para as operações convencionais por forma a capacitar para a missão atribuída de realização de operações terrestres e pronta a ser empregue no território nacional.*

*A Componente Terrestre assegura ainda, no âmbito do emprego operacional, em permanência a ocupação de vários postos de presença física (ditos postos de fronteira) em todo o território nacional, incluindo o enclave do Oecussi e a ilha de Ataúro com efetivos variáveis e que já empenhou cerca de 180 militares em permanência, sendo que neste momento empenha 120 militares. A assessoria teve um papel fundamental na reorganização física destes postos, bem como no treino orientado para o desenvolvimento destas missões operacionais.*

*O treino operacional tem ainda como objetivo capacitar a força com doutrina e valências no âmbito das operações de apoio à paz, por forma a que esta possa estar pronta a integrar missões internacionais, quer no âmbito regional quer no âmbito global, integrada nas organizações que está afiliada. “*

### **4. Considera que no futuro as F-FDTL estejam aptas a desenvolver missões de manutenção de paz inseridas no âmbito da Organização das Nações Unidas? E a projetar forças para outros teatros de operações?**

*“O Objetivo do ciclo de treino de operações de apoio à paz tem como objetivo*



*fundamental capacitar a força para que possa integrar no futuro uma força internacional. É um desafio que foi lançado pela assessoria e bem acolhido pelo Major-General CEMGFA. Neste momento estamos no ciclo de treino de operações de apoio à paz que iniciou em novembro de 2013 e terminará em abril de 2014. O grande desafio é pelo menos no final deste ciclo, Timor-Leste ter pelo menos uma Companhia da Componente Terrestre pronta e treinada para integrar estas missões.*

*Refiro-me a um desafio porque as F-FDTL ainda não possuem equipamento necessário para que esse grau de prontidão se possa efetivar, quer no que se refere ao nível do equipamento individual quer do equipamento coletivo. Neste âmbito, a assessoria programou para o Plano de Ação Anual das F-FDTL a aquisição de equipamentos para capacitar a força.*

*De referir que a falta de equipamentos condiciona naturalmente o treino operacional, embora não o limite.*

*Face ao exposto, acredito que no final deste ciclo de treino (abril de 2014) a força está pronta para ter pelo menos uma companhia treinada para integrar e ser projetada para missões internacionais. “*

## **5. Qual é o objetivo final da assessoria portuguesa às F-FDTL?**

*“Respondo apenas como Diretor de um dos projetos existentes em Timor-Leste.*

*A Cooperação técnico-militar é um vetor estratégico de reforço do relacionamento bilateral entre a Republica Portuguesa e a Republica Democrática de Timor-Leste no domínio da defesa. Esta cooperação entre os dois estados tem um propósito específico de ajudar a capacitar as F-FDTL, especificamente a Componente Terrestre, a cumprir a sua missão de estar treinada e capacitada para estar permanentemente pronta para ser empregue da forma e quando o comando das F-FDTL o determinar.*

*Para cumprir este desígnio, a assessoria segue as orientações vindas da Entidade Técnica Responsável pelo projeto (BrigMec) e vindas da DGPDN, fazendo a coordenação com a Entidade Técnica Responsável de Timor-Leste que é o Comandante da Componente Terrestre.*

*Como objetivo geral a assessoria desenvolve a sua ação para “Desenvolver a Capacidade Operacional da Componente Terrestre das F-FDTL de Timor-Leste”*

*Como objetivos específicos estão levantados 3, a saber:*

*- Contribuir para a organização, estruturação e regulamentação da Componente Terrestre das F-FDTL*

*- Contribuir para elevar os padrões de desempenho operacional da Componente Terrestre das F-FDTL*

*- Contribuir e participar no planeamento e execução de exercícios setoriais, conjuntos e combinados sempre que a Componente Terrestre das F-FDTL seja empenhada.*

*De referir que a partir de janeiro de 2014, entrou em vigor o novo PQ de Cooperação Técnico Militar Luso-Timorense 2014-2016, e que define que o Projeto N.º5 até então passa a denominar-se Projeto N.º4.”*

## Apêndice H

### Entrevista n.º5

#### Caracterização dos Entrevistados:

Nome: Domingos da Costa Santos

Posto: Tenente-Coronel

Unidade: Embaixada de Timor-Leste

Função: Adido de Defesa em Portugal

Data: 18/06/14

Local: Embaixada de Timor-Leste

#### Questões:

- 1. Na sua perspetiva, o trabalho desenvolvido pela assessoria portuguesa é essencial para o desenvolvimento das F-FDTL, nomeadamente ao nível da Componente Terrestre?**

*“Na minha perspetiva julgo que Sim! A assessoria Portuguesa em termos de apoio Técnico, não só na Componente Terrestre mas também em termos genéricos- A cooperação através das nossas solicitações de apoio no domínio militar, Portugal desempenhou este papel fundamental para a construção dos processos, sendo estes trabalhos muito intensos em que os resultados positivos foram bastante visíveis.*

*A formação a Oficiais, Sargentos, Praças, Cadetes timorenses na Academia Militar, Sargentos na Escola Prática de Infantaria e de cursos de formação profissional e especialidades. Onde tiveram êxito doze militares, sendo um oficial, um sargento e dez praças na integração da Unidade de Engenharia 11, a projetar para o teatro de operações no Líbano no ano de 2012.”*

- 2. No seu entender, o equipamento existente é o suficiente para dar resposta às necessidades operacionais das F-FDTL?**

*“Em termos de equipamentos, é essencial a existência de Forças Armadas prontas e preparadas para servir o país, altamente treinadas e preparadas para assegurar o*

*cumprimento das missões dentro ou fora do país, ou seja servir a segurança dos interesses nacionais. A essa mesma missão obrigam que haja mesmo necessidades de obter mais qualidade de equipamentos qualificados que permitam assegurar os níveis necessários de operacionalidade.”*

### **3. Quais são as vertentes que têm mais carência de equipamento?**

*“A vertente que tem mais carências de equipamentos segundo o modelo adotado no estudo Força 2020, é o vetor mar, este foi considerado a grande prioridade para o desenvolvimento sustentado do país, onde assumem especial interesse as missões ligadas à Segurança Marítima, quer na fiscalização das fronteiras marítimas quer na cooperação com os vizinhos para a segurança regional. Por isso, foi assumido ao nível político, que o redimensionamento da Componente Naval (Força Naval Ligeira -CFNL) com os seus Destacamentos de Fuzileiros constituiria um importante investimento do Estado (apoio da Marinha portuguesa no âmbito da Cooperação Técnico-Militar) podendo adquirir meios e equipamentos que for preciso para este vetor.”*

### **4. As Forças Armadas Portuguesas têm contribuído para superar estas carências em equipamento?**

*“Como sabe no princípio depois da transformação da Guerrilha para uma força regular, foram os Oficiais das Forças Armadas Portuguesas que impuseram a visão estratégica das Nações Unidas em Timor Leste naquela situação difícil.*

*Antes da transformação houve duas vertentes ideais em discussão.*

*1ª Versão que era versão das Nações Unidas decidiu que não era necessário a transformação das Forças de Guerrilha denominado por FALINTIL passando imediatamente para uma força Policial. Timor-Leste é um país pequeno não há necessidade de ter Forças armadas Segundo a versão da ONU.*

*2ª Versão que era a Versão da Resistência armada apoiado pelos Oficiais Portugueses, transformação radical e novos treinamentos, novas formações de Oficiais e Sargentos para pudermos escolher. Os aptos mais tarde passariam para a nova Força de Timor Leste (F-FDTL). Esta é a realidade da história das Forças armadas de Timor Leste.*

*Portanto a partir do início de transformação para a força regular em 2000-2001 a*

*responsabilidade foi entregue totalmente para o Governo Português. Foi assim feito, todos os equipamentos de treino e fardamentos para as formações de Oficiais e Sargentos, foram oferecidos por Portugal.*

*Mais tarde em 2002, contínua com apoio de Portugal formamos a marinha em pequena Unidade, ministrada diretamente pelos oficiais da Marinha Portuguesa (Formação de Oficiais e Sargentos da Marinha). Mais tarde, depois de terminarem os cursos, o Governo Português ofereceu duas Lanchas. Pela primeira vez os militares formados obtiveram essas condições doados pelos homólogos Portugueses.*

*Em 2003 pós término das missões das Nações Unidas em Timor-Leste, o Batalhão Português em Timor-Leste ofereceu mais de duzentas viaturas de transporte pessoal para as Forças Armadas de Timor-Leste.*

*Esta é uma realidade que não devemos esquecer. Portanto a resposta dada à 4ª pergunta eu diria sim! As Forças Armadas Portuguesas têm contribuindo para superar estas carências em equipamentos”*

##### **5. As F-FDTL têm um plano de ação a longo prazo para adquirir equipamentos militares no âmbito da capacitação operacional das forças?**

*“O Planeamento Orçamental Previsional relativo às iniciativas estratégicas de investimento (formação de recursos humanos, infraestruturas e equipamento) é cerca de 405 milhões de USD. Este montante corresponderá a um valor médio anual de 67,4 milhões de USD durante os seis anos.*

*Conforme referido no enquadramento económico-financeiro do PDF 2011- 2017 tem havido uma atribuição média de 5,2% do montante do Orçamento Geral do Estado ao sector da Defesa (3,75% às F-FDTL), num orçamento de Estado que potencialmente atingirá pelo menos 1,0 -1,3 mil milhões de dólares por ano, durante os próximos cinco anos, o Governo timorense poderá aumentar a atribuição de verbas ao Orçamento da Defesa para valores que se situem entre os 52-65 milhões de USD, sem afetar a proporção do orçamento atribuída aos restantes sectores do Estado. Para adotar os planos indicados quer queira quer não o Estado de Timor-Leste terá que assumir a responsabilidade de adquirir equipamentos militares para suportar os nossos objetivos.”*

## **Apêndice I**

### **Entrevista n.º6**

Caracterização dos Entrevistados:

Nome: Manuel de Freitas “Mau Buti”

Posto: Tenente-Coronel

Unidade: Componente Terrestre das F-FDTL

Função: Comandante da Componente Terrestre de janeiro 2002 até setembro de 2013

Data: 11/03/14

Local: Díli

Questões:

- 1. Na sua perspetiva, o trabalho desenvolvido pela assessoria portuguesa é essencial para o desenvolvimento das F-FDTL, nomeadamente ao nível da Componente Terrestre?**

*“Sim é essencial e importante. Desde o ano de 2011 que coincidentemente com o início da assessoria Portuguesa que a Componente Terrestre das F-FDTL têm tido um plano de treino com ciclos de treino semestrais, orientados para a missão. Importa referir que com a assessoria Portuguesa, foi implementado o processo de planeamento militar ao nível do Estado-Maior da Componente para a preparação das missões e tarefas da em que a força tem vindo a ser empenhada, nomeadamente os Exercícios da série Cobra, Crocodilo e mais recentemente com a implementação dos Exercícios MATEBIAN exclusivos da CT.”*

- 2. No seu entender, o equipamento existente é o suficiente para dar resposta às necessidades operacionais das F-FDTL?**

*“As F-FDTL ainda têm um caminho longo para percorrer, a grande preocupação foi e ainda é, a organização da força e a sua formação. Atualmente sentimos que já temos uma força com organização e com uma metodologia de treino. Face a isto, estamos agora a efetuar o levantamento de necessidades em equipamentos militares, que reconhecidamente neste momento são insuficientes para dar resposta às necessidades operacionais que*

*pretendemos para o futuro das F-FDTL como uma força operacional treinada.”*

**3. Quais são as vertentes que têm mais carência de equipamento?**

*“Uma força que á pouco mais de uma década se transformou de guerrilha para uma força regular, naturalmente ainda apresenta uma carência de equipamentos em todas as vertentes, nomeadamente em três áreas fundamentais, o armamento, as Comunicações e o equipamento individual. A força apenas tem armamento ligeiro, necessita de adquirir armamento coletivo que não existe ainda. Saliento os equipamentos de Comunicações quer sejam comunicações táticas aos mais baixos escalões, como as comunicações operacionais e estratégicas aos mais elevados escalões das Forças Armadas. O equipamento individual existente permite cumprir a missão, mas com limitações.”*

**4. As Forças Armadas Portuguesas têm contribuído para superar estas carências em equipamento?**

*“As Forças Armadas Portuguesas apoiaram-nos em 1999 com fardamento e equipamento aquando da instrução ministrada em Aileu, que foi um apoio que se revelou decisivo a par da instrução ministrada com os instrutores Portugueses. Neste momento as FA Portuguesas têm-nos ajudado a fazer o levantamento das nossas necessidades para podermos adquirir esses equipamentos, trabalho este que tem sido feito em estreita ligação com as assessorias presentes em Timor-Leste.”*

**5. As F-FDTL têm um plano de ação a longo prazo para adquirir equipamentos militares no âmbito da capacitação operacional das forças?**

*“Sim, temos o plano da força 2020, que neste momento está a sofrer algumas alterações, mas que é o nosso documento orientador.”*

## **Apêndice J**

### **Entrevista n.º7**

#### Caracterização dos Entrevistados:

Nome: Alberto Pereira dos Santos

Posto: Tenente-Coronel

Unidade: Componente Terrestre das F-FDTL

Função: Comandante da Componente Terrestre

Data: 06/03/14

Local: Quartel da Componente Terrestre em Baucau

#### Questões:

- 1. Na sua perspetiva, o trabalho desenvolvido pela assessoria portuguesa é essencial para o desenvolvimento das F-FDTL, nomeadamente ao nível da Componente Terrestre?**

*“Na minha perspetiva, o trabalho desenvolvido pela assessoria portuguesa desde o início da formação das F-FDTL em Aileu no ano de 2001 até a presente data e para o futuro, em especial ao nível da Componente Terrestre é muito útil e é muito essencial.”*

- 2. No seu entender, o equipamento existente é o suficiente para dar resposta às necessidades operacionais das F-FDTL?**

*“No meu entender, o equipamento existente é totalmente insuficiente para dar resposta às necessidades operacionais das F-FDTL.”*

- 3. Quais são as vertentes que têm mais carência de equipamento?**

*“As vertentes que têm mais carência de equipamentos são, nomeadamente:*

- a. Equipamentos individuais (Colete balístico, capacetes, mochilas individuais, cartucheiras, equipamentos para combate em áreas edificadas e etc.).*
- b. Viaturas tácticas operacionais*



- c. Equipamentos de radio de comunicações para curta e longa distância.
- d. Cartas topográfica de Timor-Leste (Escala: 1:25.000 e 1:50.000)
- e. Bússulas e GPS
- f. A rede de internet e intranet”

**4. As Forças Armadas Portuguesas têm contribuído para superar estas carências em equipamento?**

*“Sim. As Forças Armadas Portuguesas têm contribuído para superar estas carências em equipamento, através de doação de variedade de equipamentos após a missão de apoio à paz do Batalhão Português. Porém, devido à falta de capacidade de gestão e falta de habilidade na utilização, por parte das F-FDTL, os equipamentos estão todos avariados.”*

**5. As F-FDTL têm um plano de ação a longo prazo para adquirir equipamentos militares no âmbito da capacitação operacional das forças?**

*“Sim. Porém, tudo está dependente da decisão política do governo timorense, em coerência com o Orçamento do Estado.”*

## **Anexos**

## Anexo A

### Programa-Quadro 2011-2013

**Tabela 3 – Programa Quadro 2011-2013**

Fonte: Fernandes<sup>1</sup> (2014)

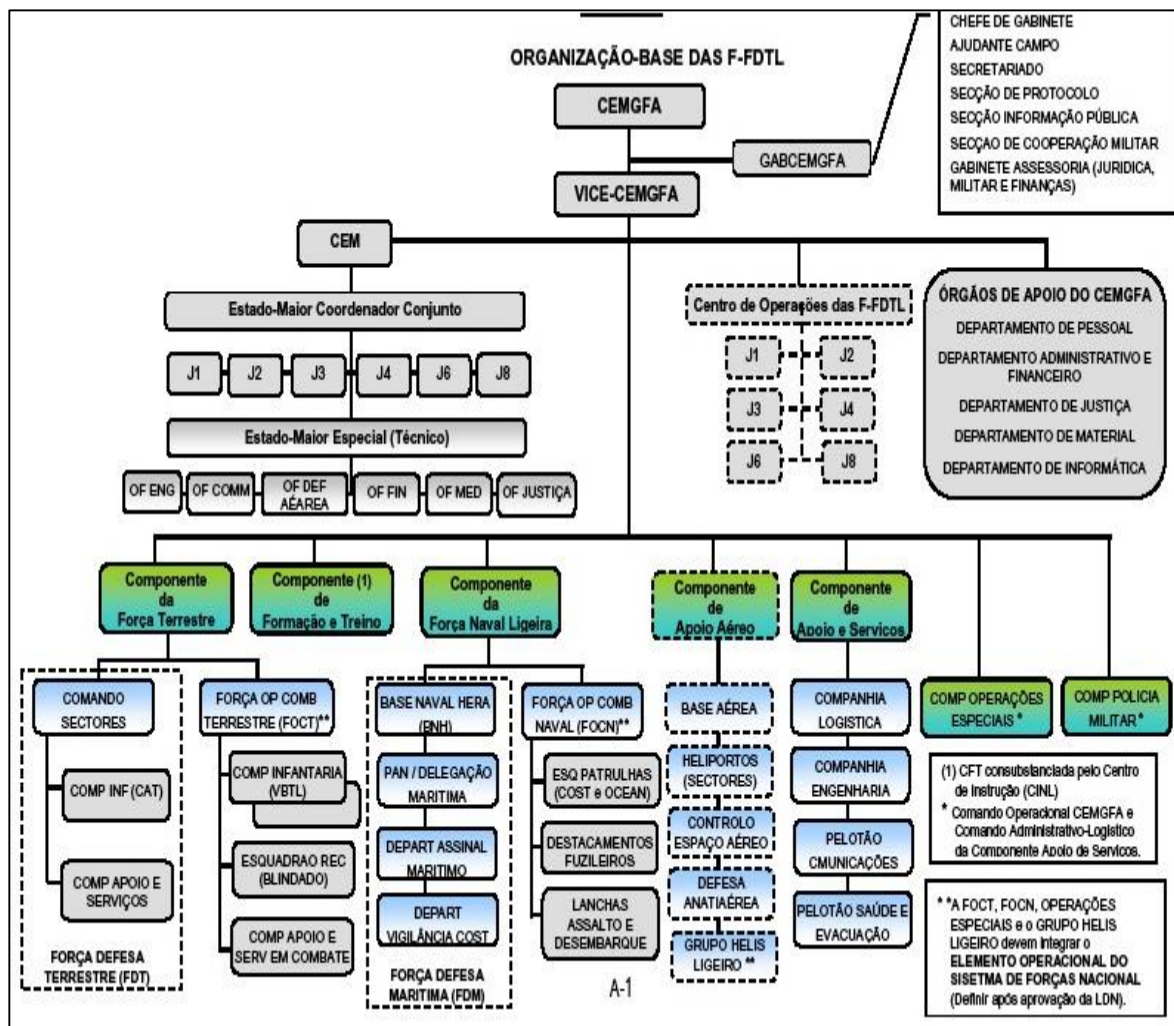
Nº DO PROJ	DESIGNAÇÃO	OBJECTIVO GLOBAL	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS
1	Estrutura Superior da Defesa e das F-FDTL (ESDFDTL)	Apoio à Estrutura Superior da Defesa e das F-FDTL	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio técnico ao Ministério da Defesa Nacional e ao Estado-Maior General das F-FDTL.</li> <li>- Apoio jurídico ao Estado-Maior das F-FDTL.</li> <li>- Apoio técnico à implementação do Sistema de Selecção, Classificação e Recrutamento das F-FDTL.</li> <li>- Apoio técnico no âmbito do Plano “Força 2020”</li> <li>- Apoio à estruturação e funcionamento do Instituto de Defesa Nacional.</li> <li>- Apoio técnico ao Núcleo Nacional do Centro de Análise Estratégica (CAE) da CPLP.</li> <li>- Apoio técnico ao planeamento na área da Formação (J5 Divisão de Treino).</li> <li>- Apoio técnico em áreas não inscritas no Programa-Quadro.</li> </ul>
2	Casa Militar do Presidente da República (CMPR)	Apoio à Casa Militar do Presidente da República	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio conceptual à criação da Casa Militar do Presidente da República;</li> <li>- Apoio técnico à consolidação da organização e funcionamento da Casa Militar do Presidente da República.</li> <li>- Formação de Oficiais em Portugal, no quadro do Projecto 7.</li> </ul>
3	Componente Naval (CN)	Apoio à Componente Naval das F-FDTL	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio técnico à organização, estruturação e regulamentação da Componente Naval das F-FDTL.</li> <li>- Apoio técnico à edificação, organização, funcionamento e preparação do corpo de formadores da Escola de Tecnologias Navais.</li> <li>- Apoio técnico à edificação e sustentação do Sistema de Assinalamento Marítimo.</li> <li>- Apoio técnico à organização, estruturação, regulamentação e operacionalização do Sistema de Autoridade Marítima.</li> <li>- Apoio técnico à organização, formação e treino da Unidade de Fuzileiros.</li> <li>- Apoio técnico à edificação e sustentação do Sistema de Busca Salvamento Marítimo.</li> <li>- Apoio técnico à edificação, e sustentação da capacidade de Apoio ao exercício do Comando e Controlo sobre as Operações de Segurança Marítima e de Vigilância do Espaço Marítimo (envolvendo Componente Naval/Sistema da Autoridade Marítima/Sistema Busca e Salvamento Marítimo).</li> <li>- Apoio técnico na área da protecção do ambiente marinho,</li> </ul>

<sup>1</sup> Fornecido pelo próprio, via correio eletrónico.

			<p>da fiscalização e preservação dos recursos piscícolas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio técnico ao levantamento do modelo, organização e funcionamento da Base Naval de Hera.</li> <li>- Apoio técnico à organização e gestão na área da manutenção dos meios navais das F-FDTL.</li> <li>- Apoio técnico à Manutenção dos Meios Navais das F-FDTL.</li> </ul>
4	Centro de Instrução Militar (CIM)	Apoio ao Centro de Instrução Militar de METINARO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio técnico ao levantamento do modelo, organização e funcionamento do CIM.</li> <li>- Apoio técnico à organização e funcionamento da Direcção de Instrução e à elaboração dos curricula dos cursos a ministrar.</li> <li>- Apoio técnico e pedagógico às acções de formação de formadores dos cursos a ministrar no CIM.</li> <li>- Apoio técnico à formação de quadros das F-FDTL, incluindo na área das Operações de Paz.</li> <li>- Apoio técnico à formação de especialidades das F-FDTL.</li> <li>- Apoio técnico à formação do contingente geral das F-FDTL.</li> <li>- Apoio técnico na produção de material de instrução para os diversos cursos ministrados no CIM.</li> <li>- Apoio na formação em língua portuguesa dos militares das F-FDTL.</li> </ul>
5	Componente Terrestre (CT)	Apoio à Componente Terrestre das F-FDTL	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio técnico à organização, estruturação e regulamentação da Componente Terrestre das F-FDTL.</li> <li>- Apoio técnico à Componente operacional das F-FDTL.</li> <li>- Apoio técnico à organização e funcionamento da Componente de Apoio de Serviços das F-FDTL.</li> <li>- Apoio técnico à organização dos Serviços de Saúde Militar das F-FDTL.</li> </ul>
6	Engenharia Militar (EM)	Apoio ao desenvolvimento da engenharia militar de construção	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio técnico na área das infra-estruturas.</li> <li>- Apoio técnico na formação de especialistas na recuperação de infra-estruturas.</li> </ul>
7	Formação em Portugal	Formação em Portugal	<p>Formação nos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Militar (Instituto de Estudos Superiores Militares, Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea) e noutras Unidades, Estabelecimentos e Órgãos de Ensino Militar das Forças Armadas, e no Instituto da Defesa Nacional (IDN), conforme Programa Anual de Formação de Pessoal em Portugal.</p>

## Anexo B

### Estrutura das F-FDTL

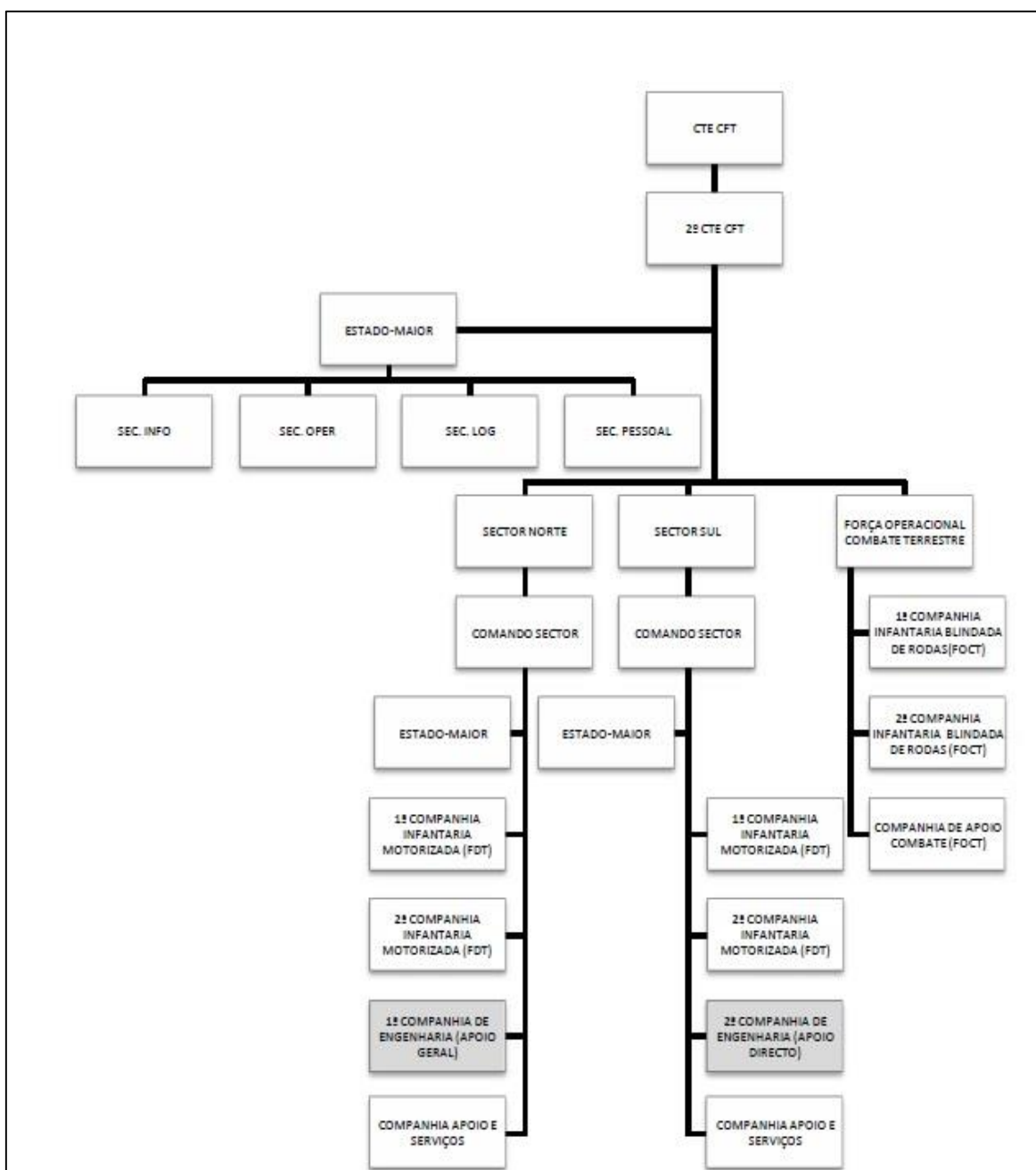


**Figura 3 – Estrutura das F-FDTL**

Fonte: SED-GAB Força 2020 (2009)

## Anexo C

### Organigrama da Componente Terrestre



**Figura 4 – Organigrama da Componente Terrestre**

Fonte: Força 2020 (2006)